



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**FORMAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL COMO
MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL/RS**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Flávia Juliana de Souza

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2011**

**FORMAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL COMO
MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO EM UMA ESCOLA
MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL/RS**

por

Flávia Juliana de Souza

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Luiza Rodrigues Flores

**Sapucaia do Sul, RS, Brasil
2011**

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**FORMAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL COMO MECANISMO DE
PARTICIPAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO
SUL/RS**

elaborada por
Flávia Juliana de Souza

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Luiza Rodrigues Flores, Dra.
(Orientadora)

Ana Paula da Rosa Cristino, Ms. (UFSM)

Patrícia Thoma Eltz, Ms. (SMEC)

Santa Maria, 14 de janeiro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradeço toda atenção dispensada pela minha Orientadora para que este trabalho se tornasse uma realidade.

Agradeço a paciência e aos incentivos de meu marido e de minha amiga que sempre dão credibilidade aos passos que dou na minha vida profissional.

Agradeço ainda aos demais familiares que, de uma forma ou de outra, sempre participam de meus esforços em busca de aprimoramento profissional.

“Todos os argumentos a favor da legitimidade de minha luta por uma sociedade mais gentificada têm, na minha fé, sua fundamentação profunda. Minha fé me sustenta, estimula, desafia e jamais me deixou dizer: ‘Pára, acomoda-te; as coisas são assim porque não podem ser de maneira diferente’”

(Paulo Freire, 2001)

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

FORMAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL/RS

AUTORA: Flávia Juliana de Souza
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES
Local e Data da Defesa: Sapucaia do Sul/RS, 14 de janeiro de 2011.

Esta monografia apresenta resultados de uma pesquisa realizada como Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria, tendo como *locus* o Grêmio Estudantil Mandela da Escola Glória, em Sapucaia do Sul – RS. A pesquisa teve como objetivos investigar e analisar o processo de formação do Grêmio Estudantil desta Escola e como esta entidade pode ser um mecanismo de participação relevante para a efetivação da Gestão Democrática. Incluiu como fontes para a coleta de dados: questionário para alunos, Atas registradas e o Estatuto do Grêmio Estudantil Mandela; e através de gráficos e análises, apresentou-se resultados das concepções que os alunos formaram sobre participação e democracia, assim como também da importância de votar numa futura eleição de diretores na Escola. A pesquisa, sustentada nos referenciais da abordagem qualitativa em Educação, foi do tipo descritiva, analisando dados da realidade dos processos democráticos da Escola investigada, a partir de um estudo de caso (TRIVIÑOS, 1987; BARDIN, 1986; ANDRÉ, 1984). Para a análise dos dados, foram aprofundados referenciais da área da Gestão Democrática (GADOTTI, 1994; PARO, 2001; LÜCK, 2008; SILVA, 1986; COSTA, 2001; GENTILLI 2000). As análises realizadas evidenciaram que o processo de formação do Grêmio Estudantil permitiu aos alunos formularem conceitos sobre democracia através da prática vivenciada no ambiente escolar, e que essa participação é o caminho para formar um cidadão pleno de seus direitos e deveres. A partir dos dados analisados, é possível observar também que os alunos acham importante participar de uma futura votação para eleger os gestores dessa Escola e que sabem definir e avaliar as características de um bom gestor, o qual deverá tornar a Escola um espaço de participação para todos.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Grêmio Estudantil. Participação.

ABSTRACT

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

FORMAÇÃO DE GRÊMIO ESTUDANTIL COMO MECANISMO DE PARTICIPAÇÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL/RS

AUTORA: Flávia Juliana de Souza
ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. MARIA LUIZA RODRIGUES FLORES
Date and localization of defense: South Sapucaia/RS, January 14th, 2011.

This monograph presents findings from a survey conducted as a final of the Specialization Course Lato-Sensu on Educational Management, Federal University of Santa Maria, with the locus of the Guild Student Mandela School Gloria in South Sapucaia-RS. The research aimed to investigate and analyze the process of formation of this College Student Guild and how this entity can be an important mechanism for the effective participation of the Democratic Management. Included as sources for data collection: questionnaire for students, recorded documents and the Statute of Student Guild Mandela, and with graphic analysis, presented results of conceptions that the students formed about participation and democracy, as well as the importance of vote in any future election of directors at the school. The research, based on the references of a qualitative approach in Education, was descriptive, analyzing data from the reality of the democratic processes of the school investigated, from a case study (TRIVIÑOS, 1987; BARDIN, 1977; ANDRÉ, 1984). For data analysis, extensive references were in the area of the Democratic Management (GADOTTI, 1994; PARO, 2001; LUCK, 2008; SILVA, 1986; COSTA, 2001; GENTILI 2000). The analysis carried out showed that the formation process of the Student Guild allowed the students to formulate concepts about democracy through practice experienced in the school environment, and that this participation is the way to form a full citizen of his rights and duties. From the data analyzed, it is also possible to observe that students find it important to participate in a future vote to elect the managers of this school and know how to define and assess the characteristics of a good manager, which should make the school a space for participation all.

Key-words: Democratic Management. Guild Student. Participation.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – VOCÊ PARTICIPOU DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL?.....	39
GRÁFICO 2 – DE QUE FORMA VOCÊ PARTICIPOU DO PROCESSO DE CRIAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL?.....	42
GRÁFICO 3 – QUE IMPORTÂNCIA ESSA EXPERIÊNCIA TEVE PARA VOCÊ?.....	46
GRÁFICO 4 – QUAL O PAPEL DO GE NA ESCOLA PARA VOCÊ?.....	49
GRÁFICO 5 – VOCÊ ACHA IMPORTANTE PARTICIPAR COMO ALUNO VOTANTE DA ESCOLHA DE DIRETORES DA SUA ESCOLA?.....	52
GRÁFICO 6 – PORQUE VOCÊ ACHA IMPORTANTE PARTICIPAR COMO ALUNO VOTANTE DA ESCOLHA DE DIRETORES DA SUA ESCOLA?.....	53
GRÁFICO 7 – QUAL O PAPEL DE UM DIRETOR DENTRO DE UMA ESCOLA E QUAL DEVE SER SUA POSTURA?.....	57

LISTA DE SIGLAS

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

UNE – União Nacional dos Estudantes

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas

MEC – Ministério da Educação e Cultura

UESS – União de Estudantes de Sapucaia do Sul

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A: Estatuto do Grêmio Estudantil Mandela

ANEXO B: Atas de registro do Grêmio Estudantil Mandela

APÊNDICE

APÊNDICE A: Transcrição de Questionário

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	13
1 REFERENCIAL TEÓRICO.....	17
1.1 Gestão Democrática na Educação.....	17
1.1.1 Pequeno histórico da educação escolar no Brasil.....	17
1.1.2 Autonomia da Gestão Escolar e participação dos alunos.....	21
1.1.3 GE: uma história em busca da participação e da autonomia.....	24
2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS.....	29
2.1 Tipo de Pesquisa.....	29
2.2 Coleta de Dados.....	33
3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	37
3.1 Contextualizando a Escola pesquisada.....	38
3.2 A importância da participação na criação do Grêmio Estudantil como ferramenta para a vivência da Gestão Democrática.....	39
3.3 A visão dos alunos sobre a eleição de diretores como ferramenta de Gestão Democrática.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	60
REFERÊNCIAS.....	65
ANEXO A – Estatuto do Grêmio Estudantil Mandela.....	68
ANEXO B – Atas de registro do Grêmio Estudantil Mandela.....	77
APÊNDICE A – Transcrição de Questionário.....	88

APRESENTAÇÃO

A monografia apresentada aqui tem como tema principal a formação de Grêmios Estudantis como mecanismo de participação dos alunos na implementação da Gestão Democrática na Escola Municipal Glória de Sapucaia do Sul/RS, tendo como objetivo investigar de que forma a participação dos alunos da escola Glória, no processo de criação do Grêmios Estudantis contribui para a efetivação da Gestão escolar democrática e quais as concepções e expectativas dos alunos desta escola sobre o processo de Eleição de Diretores na rede municipal de educação de Sapucaia do Sul/RS.

Assim, a pesquisa teve como objetivo analisar o processo de formação do Grêmios Estudantis desta Escola como mecanismo para a efetivação da Gestão Democrática. A investigação teve ainda como fim evidenciar os mecanismos utilizados para a participação dos alunos na criação do Grêmios Estudantis e investigar as concepções dos alunos a respeito do papel do Grêmios Estudantis e da participação em uma possível eleição de diretores para sua Escola. Para tanto, foi aplicado um questionário com 5 perguntas, sendo que três delas eram relativas a participação desses alunos no processo de formação do Grêmios Estudantis e 2 delas relativas às suas concepções sobre uma possível eleição de diretores na escola Glória. Foram coletadas as atas realizadas durante o processo de formação do Grêmios Estudantis e o seu Estatuto.

A justificativa deste trabalho se dá pela minha atuação como vice-diretora na escola Glória, a qual pertence à rede municipal de Sapucaia do Sul/RS, até julho de 2010. Tal função reforçou a visão que já tinha a respeito da necessidade de uma proposta de educação voltada para participação dos alunos em seu ambiente escolar de forma crítica, politizada e organizada. Levando em conta que o município possui um projeto de lei que implementa nas escolas da rede municipal a eleição de diretores e que os alunos farão parte deste momento de escolha, criar mecanismos de participação para os alunos com o intuito de prepará-los para um momento democrático era uma preocupação permanente.

Tendo colegas que compartilhavam deste mesmo pensamento, decidiu-se então dar início a um processo de esclarecimentos sobre o que era um grêmio estudantil e abrir espaços de debate para tornar real a formação deste órgão que representa os alunos dentro da escola. Mas constatar o resultado de todo esse processo seria fundamental para poder perceber as evoluções e transformações nas concepções que os alunos possuíam sobre participação e democracia no ambiente escolar, o que justifica todo o trabalho de pesquisa bibliográfica, de coleta de dados e análise. Atualmente atuo como professora substituta em outra escola da rede municipal, porém o projeto não perdeu sua importância.

A pesquisa se desenvolveu pela abordagem de um Estudo de Caso, como uma pesquisa qualitativa descritiva. A coleta de dados foi do tipo qualitativo envolvendo como fontes para análise um questionário aplicado a 50 alunos, as atas registradas desde o início da formação do Grêmio Estudantil até a data da posse da diretoria, após a primeira eleição e o Estatuto do Grêmio Estudantil.

Apesar das respostas do questionário terem sido apresentadas a partir de gráficos, os quais mostram números que permitem apontar alguns dos resultados que a pesquisa desejava encontrar, a análise de dados é considerada um método qualitativo, já que sua utilização serviu para expressar as concepções formadas pelos sujeitos que passaram pela experiência de formação de um Grêmio Estudantil. Os demais dados, as Atas e o Estatuto, também são analisados com abordagem qualitativa.

A pesquisa teórica é aprofundada no capítulo 1, o qual aborda como tema principal a “Gestão Democrática na Educação”. Este capítulo está dividido em três seções. A primeira seção, intitulada “Pequeno histórico da escola no Brasil” faz um relato das mudanças ocorridas na prática educativa através dos tempos, transformações essas que contaram com criação de leis e a contribuição das novas metodologias pedagógicas que primam pela participação dos sujeitos da escola e novos modelos de gestão escolar, modelos que abraçam a descentralização e a democracia.

“Autonomia da Gestão Escolar e participação dos alunos” é a segunda seção deste capítulo e tem por finalidade apontar as dificuldades que a escola encontra

para se tornar autônoma, apesar desta autonomia ser um dos pilares da Gestão Democrática. Aborda ainda o quanto a participação dos alunos pode desenvolver uma educação voltada para o comprometimento, tanto na instituição de ensino quanto fora dela. A última seção deste capítulo tem como título “Grêmios Estudantis: uma história em busca da participação e da cidadania” e aborda o quanto a participação organizada dos alunos em Grêmios Estudantis pode ser um caminho para uma educação mais humanizadora e principalmente voltada para a cidadania no seu sentido completo, aquele que abarca direitos e deveres. Descreve ainda um pequeno histórico da organização de alunos desde a década de 30 e leis que garantem essas formações de Grêmios Estudantis nas instituições de ensino.

O capítulo 2, “Encaminhamentos Metodológicos”, distingue o tipo de pesquisa utilizada na investigação que é a qualitativa, descritiva. Aponta também a razão pela qual a abordagem escolhida foi o Estudo de Caso e caracteriza ainda a escola, os sujeitos e a forma como os dados de investigação foram coletados e analisados.

No capítulo 3, intitulado “Apresentação e Análise de Dados” encontramos, assim como no capítulo 1, três seções. A primeira seção, “Contextualizando a Escola pesquisada”, irá explanar características físicas da escola, mostrando os problemas que enfrenta em relação ao espaço do prédio e caracterizará também um pouco sobre os alunos da Escola. Na segunda seção, intitulada como “A importância da participação na criação do Grêmios Estudantis como ferramenta para a vivência da Gestão Democrática”, vai apresentar as respostas que 50 alunos deram a 3 perguntas referentes à sua participação e concepções na formação do Grêmios Estudantis Mandela. Essas respostas são apresentadas e comentadas a partir de gráficos, Atas registradas durante o processo de formação da entidade e o Estatuto da mesma. Na terceira seção, “A visão dos alunos sobre a eleição de diretores como ferramenta de Gestão Democrática”, a apresentação e os comentários a respeito das respostas de 2 perguntas serão expostos com os mesmos métodos da segunda seção, porém o tema abordado é a opinião que os alunos possuem sobre eleger o diretor de sua Escola, assim como qual papel deste em suas funções de Gestor Escolar.

E por fim, encontramos as constatações sobre tudo que foi analisado a partir dos dados sobre os temas abordados em “Considerações Finais”. A pesquisa, neste

momento, passa a apontar resultados e comprovações sobre como a participação dos alunos na Escola pode ser positivo para a formação de suas concepções sobre uma escola democrática. Vai reforçar ainda o quanto os alunos desejam participar também na escolha de diretor de sua Escola, pois são capazes de escolher o profissional capacitado para isso.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 Gestão Democrática na Escola

Este capítulo “Gestão Democrática na Educação” apresenta a revisão da literatura pertinente ao tema investigado, realizada ao longo da elaboração deste trabalho. O presente capítulo está organizado em três seções. A primeira seção, intitulada “Pequeno histórico da escola no Brasil” aborda os avanços e os limites que a educação encontra na busca da autonomia, democracia e participação, principais pilares da Gestão Democrática. A segunda seção, “Autonomia da Gestão Escolar e participação dos alunos” caracteriza a autonomia escolar e muitos dos obstáculos que a escola encontra nos ensaios que faz para se aproximar de uma escola realmente democrática. Esta seção traz também a importância da atuação dos alunos em momentos em que questões políticas e pedagógicas estão sendo vividas na escola para que ele, através da educação participativa, também se torne um ser autônomo.

A última seção, que apresenta o título “Grêmios Estudantis: uma história em busca da participação e da cidadania” vai fazer uma rápida passagem pelo histórico da formação de organizações estudantis no Brasil, as quais foram abrindo caminhos para que leis fossem criadas com o objetivo de garanti-las nas instituições de ensino. A seção aborda também o fato de que o grêmios estudantis é um mecanismo de participação que pode ser um aliado para aquelas escolas que lutam por autonomia e uma educação humanizadora.

1.1.1 Pequeno histórico da educação escolar no Brasil

Segundo Moacir Gadotti (1994), a história da educação no Brasil costuma ser dividida em três momentos. O primeiro momento vai até 1930 e é marcado pela

educação com base na religiosidade. O segundo período, de 1930 até 1964, é marcado por mudanças educacionais, as quais o foco da educação visa atingir a criança. Este período é marcado pela Escola Nova, um movimento que sugere novos métodos de ensino e se impõe à educação tradicional. Neste período se realizaram diversas reformas educacionais, sendo que em 1937 foi introduzido o ensino profissionalizante. Houve uma tentativa de colocarem-se em prática os métodos de Paulo Freire no período de governo de João Goulart no início da década de 60, porém foi interrompido pelo regime militar que se instalou logo em seguida pelo golpe de 64. Gadotti relata que

Em 1948 o Ministro da Educação, Clemente Mariani, encaminhou o primeiro projeto da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que só teria sancionado em 1961, depois de longa elaboração em que predominaram os debates entre duas tendências: a dos defensores do ensino público e a dos defensores do ensino privado. A LDB de 1961 acabaria conciliando essas duas posições num texto ambíguo (GADOTTI, 1994, p. 20).

O último momento é o período do pós-64, em que a educação tinha sua base na educação autoritária dos militares. Durante o período político-militar alguns avanços foram realizados na educação, sendo que uma das reformas importantes se deu em 1971, com a instituição do ensino básico passando a chamar-se de 1º e 2º graus, porém a característica da tendência tecnicista e burocrática se exacerbou ainda mais.

Apesar dos avanços obtidos pelas pessoas engajadas na busca de uma educação mais humanitária e autônoma, um longo caminho deve ser percorrido para se chegar a verdadeira *educação para todos*, porém, é necessário iniciar por mudar as mentalidades que ainda insistem em ser tradicionais. Somente com a mudança de mentalidades podemos acreditar na possibilidade dessa outra escola que possui uma visão de educação com e para a autonomia, e sobre isso Gadotti nos diz que “Essa nova escola não pode ser a escola burocrática atual, mas pode surgir no interior da escola atual, trabalhando-se com suas condições internas. O conselho de Escola, por exemplo, pode ser um passo importante nessa direção, mas não é o único instrumento” (1994, p.81).

A partir da década de 90, segundo Magda Finger (2008), o modelo de gestão escolar prioriza uma gestão de “recursos humanos”. A gestão democrática deve ser articuladora dos meios para que a primazia seja a aprendizagem. Ela diz ainda que

A democratização do processo de tomada de decisão não é suficiente, é preciso democratizar o conhecimento e essa deve ser a contribuição da educação escolar cumprindo sua função primordial, o ensino. Um ensino que proporcione um saber, em que o indivíduo com criticidade e condições de participar de outras instâncias da vida social, possa contribuir à elevação cultural e científica das camadas populares (FINGER, 2008, p. 4).

É impossível separar os conceitos de cidadania e democracia para descrever uma sociedade autônoma. Assim é também com a escola, esses três elementos caminham juntos para a busca de uma educação transformadora e humanitária. Finger nos diz ainda a respeito disso que

As relações fundadas na exploração, dominação e opressão, estão sendo questionadas pela sociedade exigindo novas relações sociais. Busca-se hoje, relações de parceria e aptidões cognitivas avançadas. A sociedade se torna protagonista no sentido de superar o estado de alienação através do conhecimento e transformar a prática social (FINGER, 2008, p. 2-3).

Apesar de curto e sem aprofundamentos, o Art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) que fala sobre a gestão democrática nas escolas públicas, é visto pelo autor Pedro Demo (1997), como um avanço, como um ponto positivo na lei nº 9.394/96, ao contrário da visão de Paro (2001), o qual não distingue nenhuma novidade ou reformulação genial para a educação. De acordo com Paro “[...] esse Art. 14 é de uma pobreza sem par. O primeiro princípio é o que há de mais óbvio, já que seria mesmo um total absurdo imaginar que a ‘elaboração do projeto pedagógico da escola’ pudesse dar-se sem a ‘participação dos profissionais da educação’” (PARO, 2001, p.54-55).

Da forma como é colocado o *ensino* na LDBEN 9394/96, podemos notar claramente a diferença entre quem ensina e quem aprende, o que não passa de uma educação tradicional, sem apresentar nenhuma teoria moderna, de acordo com

Demo (1997). Helóisa Lück nos diz ainda a respeito disso que “[...] a gestão surge em superação à administração, a partir do reconhecimento da dinâmica humana nas organizações sociais e da superação do enfoque mecanicista” (2008, p. 97).

Atualmente, a temática da Gestão Democrática tem sido palco de diversas descrições e conceituações. Sobre isso, para Naura Ferreira (2000), somente a gestão democrática da educação pode dar conta das práticas educativas que traçam um caminho ao encontro do sujeito capaz de interagir na sociedade de forma criativa e autônoma. Ferreira explana que

A gestão democrática da educação é, hoje, um valor já consagrado no Brasil e no mundo, embora ainda não totalmente compreendido e incorporado à prática social global e à prática educacional brasileira e mundial. É indubitável sua importância como um recurso de participação humana e de formação para a cidadania. É indubitável sua necessidade para a construção de uma sociedade mais justa, humana e igualitária. É indubitável sua importância como fonte de humanização (FERREIRA, 2000, p. 167).

Infelizmente, a realidade das instituições de ensino nos mostra as evidências que caracterizam a gestão democrática como uma necessidade ainda distante da realidade segundo Ferreira (2000), ou engatinha na tentativa de mudar os antigos moldes centralizadores sempre tão presentes na educação. Para Lima (2007) as relações entre diretor de escola e hierarquias superiores são notavelmente verticais, sendo que o diretor de escola é o sujeito que obedece ordens nesta relação onde não existe autonomia. Lima descreve ainda sobre o mero cumprimento de ordens por parte do gestor escolar que “o modelo da teoria antidialógica conserva pressupostos autoritários, nos quais estão implícitas ações desmobilizadoras e controladoras que impedem a participação e o desenvolvimento da autonomia para a concreta emancipação dos cidadãos” (LIMA, 2007, p. 31).

Para Lück (2008) um gestor escolar deve ter diversas qualidades com base em poder de liderança, pois isso também é relativamente importante para um resultado positivo na escola que deseja participação na prática do cotidiano escolar e a busca por autonomia.

1.1.2 Autonomia da Gestão Escolar e participação dos educandos

Autonomia, segundo Paro (2001), deve existir em duas bases dentro da escola, no segmento administrativo e no segmento pedagógico, sendo que atenta para o fato de que tanto um quanto o outro segmento esbarra nas leis e ações do Estado.

Para que haja autonomia é preciso exercitá-la. É necessário saber conviver em uma sociedade que é formada por pessoas que possuem culturas e valores diferentes entre si. Jair Militão da Silva (1996) nos diz que

O exercício da autonomia ocorre, portanto, em uma situação concreta na qual se dão relações do sujeito com os elementos naturais e culturais presentes no ambiente, havendo, inclusive, que se levar em conta a existência de outros sujeitos com atuações que podem visar objetivos competitivos, cooperativos ou neutros em relação ao sujeito considerado (SILVA, 1996, p.58).

A autonomia tem seus limites quando se trata da convivência em sociedade. Ter autonomia implica em saber respeitar os demais indivíduos da sociedade, assim como também ser respeitado.

Uma verdadeira autonomia na escola municipal deve contar com uma postura de luta e responsabilidade. A autodeterminação é invariável para que a autonomia se torne uma realidade. Paro (1996) observa ainda que falar em autonomia escolar traz à tona diversos obstáculos enfrentados pelo gestor, já que estas características não fazem parte da vivência do gestor escolar em relação aos órgãos superiores da Educação. Sendo assim, muitas vezes o gestor acaba por reproduzir em sua prática sua vivência em relação aos escalões superiores que não lhe oferecem autonomia na prática.

Segundo Finger (2008), a gestão escolar desafiadora atualmente é aquela necessária à democratização do ensino. Falamos daquele gestor que trabalha visando o espaço de atuação dos seus educandos através das discussões e divisão das responsabilidades.

A autonomia não deve ser revelada somente no trabalho de uma gestão democrática porque ela deve dar espaço à participação. Querer autonomia nas escolas deveria ter como razão o próprio fundamento da ação pedagógica, ou seja, o aluno que é sujeito de sua aprendizagem. Na sociedade burocratizada, o sujeito, que é, na verdade, o ator de tudo que acontece, fica esquecido. As coisas acontecem como se não existisse um sujeito, ou seja, como se não existisse uma história humana por detrás de todo o resultado. Gadotti (1994) ainda ressalta sobre isso que “A escola burocrática é o oposto da escola autônoma. Para mim, a educação libertadora tem hoje um novo nome: autonomia. Nossa tradição cultural é colonialista e dependente. A educação para a autonomia é o berço da educação libertadora e autoritária” (GADOTTI, 1994, p. 81).

A postura atuante dos sujeitos da escola, no que diz respeito à participação, é fundamental para que a autonomia ocorra dentro do ambiente escolar. É necessário que as pessoas reconheçam sua própria importância dentro da comunidade escolar enquanto alunos, pais ou profissionais da Educação. Elas precisam se reconhecer como peças-chave para qualquer mudança necessária ou desejada, com isso, passarão a se sentir parte da construção de uma escola menos autoritária e centralizadora. Porém, Silva (1996) nos descreve o quanto essa postura de iniciativa dos sujeitos da escola pode ser outro grande desafio para os gestores escolares que buscam por autonomia dentro da escola. Ele nos diz que

Reside nessa proposição um engano que tem sido responsável pelo fracasso de inúmeras iniciativas dos dirigentes que buscam implantar políticas de descentralização e participação. Pressupõe-se que, uma vez existindo condições institucionais propícias, ocorrerá necessariamente a participação e, por tanto, haverá autonomia. Todavia, nada confirma, na prática, que este desejo de participar esteja em estado de prontidão, ansioso por manifestar-se à primeira oportunidade que ocorra. Ao contrário, a experiência demonstra que a participação é fruto de um processo de gradativa libertação de esquemas individualistas, paternalistas, burocráticos e não ocorre espontaneamente em uma sociedade como a nossa, cuja tradição é mais antiparticipação do que de envolvimento efetivo e autêntico das pessoas (SILVA, 1996, p.71).

Apesar dos obstáculos encontrados para alcançar a autonomia desejada por tantos dentro da escola, é necessário percorrer este caminho por mais longo que pareça. É preciso que o gestor escolar vença também o obstáculo da omissão

mantendo em aberto o diálogo, por isso, Paro (1996) destaca que quando as decisões são centralizadas partindo do poder de decisão de uma pessoa apenas ou de poucas pessoas que fazem parte da equipe diretiva, a questão democrática fica esquecida. A escola só pode caminhar ao rumo da autonomia se os poderes forem divididos aos diferentes setores da escola. Dar autonomia para esses setores irá manter uma prática mais democrática na qual as responsabilidades são divididas.

Paro (1996) diz ainda que dividir poderes irá não somente dividir responsabilidades como também criar um grupo mais homogêneo, o qual ganhará força em suas decisões, atuações e reivindicações, inclusive quanto aos órgãos superiores responsáveis pela educação. Esses segmentos escolares, juntos, podem ganhar força na busca de recursos para a educação transformadora e democrática:

Se com a educação escolar se pretende emancipar o indivíduo enquanto cidadão participe de uma sociedade democrática e também dar-lhe meios para que possa viver bem usufruindo dos bens culturais, então a gestão escolar deve estar coerente com esses objetivos. O princípio básico da administração é a coerência entre meios e fins. A administração, aplicando métodos e técnicas capitalistas, na escola é antagônica aos fins de uma educação emancipadora. (Finger, 2008, p. 8).

Para Finger (2008), participar propõe a idéia de liberdade e, portanto, de uma vivência democrática. É a escola que deverá ser a mediadora desta experiência da cidadania, a qual o aluno aprende e também permite as decisões coletivas. Para o autor Paro (1996), a democratização da escola, ou de suas relações internas e externas, ainda que vista pela maioria de seus profissionais como algo utópico, pode se tornar uma realidade se os pontos que a impedem de existir forem reconhecidos. A partir das constatações, deve-se procurar medidas concretas para retirar os obstáculos que mantêm a escola uma organização com poder centralizado e centralizador.

O Grêmio Estudantil, segundo Antonio Costa (2001), é o órgão representativo dos alunos, portanto, deve ser o meio para discutir e solucionar problemas reais dentro da instituição escolar e, por que não, fora dela. O autor diz ainda a respeito disso que “[...] o cerne do protagonismo, portanto, é a participação ativa e construtiva na vida da escola, da comunidade ou da sociedade mais ampla” (COSTA, 2001, p. 179).

Ele revela que em seu ponto de vista o diálogo deve fazer parte do habitual para que essa participação não se torne uma ilusão. No momento em que os alunos não conhecem o seu direito de participar podem passar a atuar de forma simbólica ou manipulada.

A participação se torna genuína quando se desenvolve num ambiente democrático. A participação sem democracia é manipulação e, em vez de contribuir para o desenvolvimento pessoal e social do jovem, pode prejudicar a sua formação. Principalmente quando se tem o propósito de formar o jovem autônomo, solidário e competente (COSTA, 2001, p. 179).

Costa (2001) destaca ainda o quanto é não só educativo como também transformador para a autoconfiança e a iniciativa dos jovens a sua participação das atividades escolares de forma democrática. Paro (1996) faz referência ao fato de que, certamente, faz parte do senso comum, a importância de uma escola democrática na qual haja participação de alunos e comunidade. Porém, é preciso saber diferenciar a teoria e a prática, pois para uma real transformação social, em que o aluno e a comunidade se sintam integrantes e participantes, é preciso abrir espaços de reflexão, tanto sobre os problemas da escola como para a busca dessas soluções.

De acordo com Finger (2008), atualmente não é mais aceitável continuar mantendo a prática das relações que não permitem o diálogo e a iniciativa dos educandos. Para a autora, não adianta tornar democráticas as tomadas de decisão na instituição de ensino se a aprendizagem também não for democratizada. A escola deve estar permanentemente preocupada em desenvolver no aluno seu senso crítico, e com isso, incentivá-lo a ser um sujeito com habilidade para conviver com diferentes grupos sociais.

1.1.3 Grêmios Estudantis: uma história em busca da participação e da cidadania

Pablo Gentili (2000) nos diz que o século XX foi responsável pela chamada educação para a cidadania, a qual tem por fim desenvolver uma sociedade com

bases na vivência democrática. As concepções de cidadania e vida democrática podem ser controversas e podem até ficar esquecidas ou perdidas pelo caminho da educação, pois

Para alguns, por exemplo, educar para a cidadania significa formar indivíduos que conhecem seus direitos, seus deveres e suas obrigações; especialmente capacitá-los para o exercício consciente da participação política. Para outros, formar cidadãos e cidadãs significa formar indivíduos capazes de adaptar-se com rapidez às modificações que sofre o mundo a produtivo, permitindo que esses contribuam ativamente para o crescimento econômico do país, base do desenvolvimento sustentável (GENTILI, 2000, p. 143).

A primeira formação de um grupo organizado de estudantes se deu em nível universitário. Em 1937, foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), a qual representava estudantes universitários. Mas somente em 1979 ocorreu a primeira eleição por voto direto para eleger o presidente da UNE.

Marcilene Moura (2010) em seu artigo destaca que em 1948 surge o primeiro grupo organizado de estudantes, os quais faziam parte dos antigos 1º e 2º grau, descritos como *secundaristas* até a promulgação da LDB 9394/96, a União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES). Porém, com as repressões sofridas pelos governos militares que tentavam desarticular todo e qualquer grupo que representasse a sociedade e seus interesses, a UBES acabou por dissolver-se.

Em 64, em plena ditadura militar no Brasil, os estudantes se organizavam e produziam jornais clandestinos, músicas e outras manifestações como uma forma de resistência a opressão e a falta de liberdade de expressão vivida no período.

A participação dos alunos dentro da escola através da organização dos Grêmios Estudantis será garantida pela criação de Lei através da Constituição Federal de 1985. A lei federal nº 7.398, de 04/11/85, no seu Artigo 1º, assegura a organização de Grêmios Estudantis como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes dos antigos 1º e 2º graus, tendo as seguintes finalidades: educacionais, culturais, cívicas, desportivas e sociais. Fica claro a respeito dos seus direitos de formação ainda, neste mesmo artigo, nos § 2º e § 3º, que

A organização, o funcionamento e as atividades dos GRÊMIOS serão estabelecidas nos seus estatutos, aprovados em assembléia geral do corpo discente de cada estabelecimento de ensino particular ou público, convocada para esse fim.

A aprovação dos estatutos e a escolha dos dirigentes e dos representantes do GRÊMIO serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral (BRASIL, Lei n. 7398, 1985)

A Lei Nº 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, no artigo 53º inciso IV, garante aos alunos o direito de organização e participação nas entidades estudantis. Em 20 de dezembro de 1996, foi criada a Lei Nº 9.394 que estabelece as Diretrizes e bases da educação nacional, a qual garante a criação do Grêmio Estudantil e faz referência à importância da equipe diretiva da escola criar condições para que os alunos se organizem.

O Grêmio Estudantil pode ser uma ferramenta para desenvolver o senso do coletivo já que é um órgão que representa o interesse do grupo de alunos de uma escola. É a partir deste senso de grupo que os alunos começam a criar noção de cidadania e praticá-la já que neste contexto também está envolvido noção de direitos e deveres.

De acordo com Moura (2010), O Grêmio Estudantil tem a responsabilidade e politizar os alunos, de promover o debate a respeito dos problemas vividos na escola e que atingem os alunos. Para a autora, é importante que o Grêmio Estudantil seja atuante no sentido de não permitir que os alunos se acomodem com atitudes que se aproximam muito mais de assistencialismos do que de práticas formativas.

Ser cidadão hoje é mais complexo do que ser cidadão na Grécia Antiga, onde e quando o termo tomou forma. Além da individualidade que o termo carrega, é preciso também compreender sua “totalidade”. O cidadão não é apenas indivíduo, ele faz parte de uma sociedade e, segundo Paro

[...] não advém de sua simples condição natural, mas do fato de pertencerem a uma sociedade historicamente determinada. Dizer isso implica considerar o conceito de homem histórico, construtor de sua própria

humanidade, ou seja, que é, ao mesmo tempo, natureza e transcendência da natureza (PARO, 2001, p.9).

Assim como a palavra cidadania, o termo democracia também passa por modificações em seu significado ao longo dos tempos, pois existe a necessidade de que seja utilizado para alicerçar o convívio social e a liberdade do indivíduo.

Francisco Gutierrez (1988) descreve o quanto educar a partir do diálogo e não da centralização do poder, o qual chama de verticalismo do poder, é importante para o pleno desenvolvimento do educando enquanto ser humano. Toda atitude que determina quem manda e quem obedece, chamada de relação vertical pelo autor, impede o aluno de desenvolver criatividade e senso crítico. Essa relação que torna a forma de governar mais centralizada.

Entender o aluno como sujeito participante, anulando a educação com base no verticalismo propicia uma relação mais dialógica e enriquecedora. O aluno deve ser incentivado pela escola a compreender sua realidade e todos os acontecimentos que ocorrem ao seu redor. É a partir desta postura que o educando desenvolve a capacidade de chegar a conclusões e resolver problemas de forma “madura”. O resultado de todo esse processo é a formação do homem dotado de suas capacidades intelectuais, emocionais e morais, ou seja, o homem que se reconhece como tal

[...] mas não apenas captar a realidade decodificando-a como também “pronunciar sua palavra” codificando a realidade – de acordo com determinados valores – mediante um ato criador que assegure seu crescimento como pessoa e como membro de um grupo social (GUTIERRES, 1988, p. 79).

O autor (1988) expõe o quanto a instituição escolar é responsável pela desmobilização dos grupos, incluindo os alunos, ao falar sobre democracia, mas não vivenciá-la na prática. Ele deixa claro que, justamente a escola, local que deveria privilegiar o diálogo, distorce o verdadeiro “conceito de democracia”.

Insistente e sistematicamente a escola mata no estudante dois esteios fundamentais da vida democrática: a capacidade crítica e a participação. O fundador de *Summerhill* diz que uma escola na qual a criança possa falar sem medo vale por mil palestras sobre cidadania. A vivência democrática

não pode germinar em meio ao medo e às represálias (GUTIERRES, 1988, p.83).

Desenvolver o senso crítico e a prática da participação deveriam ser as bases do trabalho pedagógico das instituições de ensino para que na vida adulta o aluno possa ser um sujeito dotado de habilidades para a convivência respeitosa em sociedade. Gutierrez (1988) explana o quanto é indiferente para o ato de educar os atos de falar ou palestrar sobre democracia e não proporcionar sua prática no dia a dia criando espaços de diálogo e reflexão. Por isso, Paro (2001) entende que propor, auxiliar ou permitir a formação dos Grêmios Estudantis é função da escola que tem como objetivo formar crianças e jovens que desfrutam de sua situação de cidadão, aquele que conhece sua liberdade e respeita a liberdade do próximo.

2 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 Tipo de Pesquisa

Toda pesquisa deve ser seguida de muita responsabilidade e ética, pois abrange um grupo a ser estudado e espera por resultados sólidos que os levem a uma aprendizagem. Para isso é preciso ter claro quais padrões serão usados nas pesquisas em educação. Marli André (2001) assegura que para ter qualidade e rigor nas pesquisas em educação é preciso criar espaços de diálogo nas instituições de ensino e nos meios de comunicação para que se chegue a um consenso do que é uma pesquisa “adequada” ou não.

André (2001) revela que as pesquisas em educação vêm tomando novos rumos já que antes se preocupavam com questões mais gerais ou comuns, atualmente as pesquisas primam por temas e problemas que afetam diretamente a sociedade. Tais pesquisas buscam por respostas que possam solucionar ou explicar o que acontece hoje e implica diretamente nas questões sociais. Pois, segundo a autora

Se, para alguns, a pesquisa objetiva a geração de conhecimentos (novos?) gerais, organizados, válidos e transmissíveis, para outros, ela busca o questionamento sistemático, crítico e criativo. Se alguns centram sua atenção no processo de desenvolvimento da pesquisa e no tipo de conhecimento que está sendo gerado, outros se preocupam mais com os achados das pesquisas, sua aplicabilidade ou sua utilidade social (ANDRÉ, 2001, p. 55).

Este estudo buscou, nesta linha de pensamento de André (2001), encontrar respostas que pudessem solucionar a problemática do projeto de pesquisa. Para isso buscou-se coletar e analisar dados que mostrassem o desenrolar desse processo de criação, os quais foram um questionário aplicável aos alunos, a investigação em atas registradas desde o início desse processo até sua conclusão e o Estatuto do Grêmio Estudantil.

A análise das atas e do Estatuto tem tanta importância na pesquisa qualitativa quanto na pesquisa quantitativa, esse valor se dá pelos passos que o pesquisador segue para fazer essa análise. De acordo com Bardin

Enquanto tratamento da informação contida nos documentos acumulados, a análise documental tem por objetivo dar forma conveniente e representar de outro modo essa informação, por intermédio de procedimentos de transformação. O propósito a atingir é o armazenamento sob uma forma variável e a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo) (BARDIN, 1977, p. 45-46).

Segundo Bardin (1977), são as significações que guiam a análise de conteúdo, pois “[...] a característica da análise de conteúdo é a *inferência* [...], quer as modalidades de inferência se baseiem ou não, em indicadores quantitativos” (1997, p. 116).

Na análise qualitativa, a atenção em cada passo que o investigador avança nos processos de sua investigação é fator de extrema importância, de acordo com Triviños (1987). Essa atenção não somente é importante como também proverá maior credibilidade para a pesquisa e, em relação as suas características, Bardin nos diz que

[...] a análise qualitativa não rejeita toda e qualquer forma de quantificação. Somente os índices é que são retirados de maneira não frequencial, podendo o analista recorrer a testes quantitativos: por exemplo, a aparição de índices similares em discursos semelhantes. Em conclusão, pode dizer-se que o que caracteriza a análise qualitativa é o fato de a inferência sempre que é realizada – ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc), e não sobre a frequência de sua aparição, em cada comunicação individual (BARDIN, 1977, p. 115-116).

A abordagem quantitativa da análise de pesquisas se preocupa com dados numéricos, o que acaba por dar uma idéia positivista dos fenômenos estudados. Com isso, Augusto Triviños (1987), alerta para as situações em que alguns pesquisadores “[...] transformam a estatística num instrumento fundamental de sua busca, quando ela realmente deveria ser um elemento auxiliar do pesquisador [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 118).

Triviños (1987) nos diz, sobre as duas formas de desenvolver análise em pesquisas, que, apesar da pesquisa qualitativa não ter a obrigatoriedade de possuir dados estatísticos

Toda pesquisa pode ser, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa. Na prática ocorre que toda investigação baseada na estatística, que pretende obter resultados objetivos, fica exclusivamente no dado estatístico. Raramente o pesquisador aproveita essa informação para avançar numa interpretação mais ampla da mesma (TRIVIÑOS, 1987, p.118).

Maria Cecília Minayo e Odécio Sanches (1993) articulam ainda sobre a utilização das análises quantitativas e qualitativas que “[...] ambas as abordagens são necessárias, porém, em muitas circunstâncias, insuficientes para abarcar toda a realidade observada. Portanto, elas podem e devem ser utilizadas, [...], como complementares [...]” (MINAYO, SANCHES, 1993, p. 240). Porém, uma diferença importante a ser destacada como característica da pesquisa qualitativa é que esta pode dar a devida importância a um dado que, para a pesquisa quantitativa, não teria relevância. Ou seja, a pesquisa qualitativa vai tentar esgotar ao máximo as possibilidades que os dados oferecem ao conhecimento do objeto de estudo.

Esta pesquisa se configura em um Estudo e Caso, por investigar a realidade de apenas uma escola da rede municipal de Sapucaia do Sul, bem como analisar de forma mais aprofundada um tema específico: os processos de constituição do Grêmio Estudantil da referida Escola.

De acordo com André (1984) o estudo de caso só passou a ser utilizado na área da educação recentemente, por isso é uma abordagem que merece maior discussão sobre seu conceito, suas características fundamentais e seu desenvolvimento. O estudo de caso é extremamente pertinente à pesquisa qualitativa e, de acordo com Triviños

[...] o Estudo de Caso não foi uma classe de pesquisa típica do modelo positivista, tão inclinado à quantificação das informações. Por isso, com o desenvolvimento da investigação qualitativa, o Estudo de Caso, que estava numa situação de transição entre ambos os tipos de investigação, constituiu-se numa expressão importante desta tendência nova na pesquisa educacional (TRIVIÑOS, 1987, p. 133).

Segundo André (1984), o estudo de caso tem como uma de suas características as descobertas em uma realidade que deve ser observada no seu contexto mais amplo. Tais descobertas vão sendo reveladas no decorrer do processo de investigação. Os dados que serão coletados no decorrer da investigação são variados e podem ser coletados em diversos momentos da pesquisa, pois “[...] esse tipo de estudo pretende revelar a multiplicidade de dimensões presentes numa dada situação, focalizando-a como um todo, mas sem deixar de enfatizar os detalhes, as circunstâncias específicas que favorecem uma maior apreensão desse todo” (ANDRÉ, 1984, p. 52).

Outra característica fundamental do estudo de caso é que ele requer a investigação do caso de um sujeito ou de um grupo ou de uma escola, mas de forma singular. E é justamente essa característica que torna essa abordagem diferenciada dos outros tipos de pesquisa, de acordo com a autora citada acima. Tudo isso torna o Estudo de Caso uma abordagem metodológica pertinente para esta investigação.

Em relação aos resultados do estudo de caso, para quem se interessa ou faz parte do ambiente no qual o tema foi pesquisado, “o estudo de caso supõe que o leitor vá usar esse conhecimento tácito para fazer as generalizações e para desenvolver novas idéias, novos significados e novas compreensões” (ANDRÉ, 1984, p. 52).

Portanto, o pesquisador deve se preocupar em relatar suas análises com o cuidado de estar fazendo um verdadeiro

[...] retrato vivo da realidade educacional em suas múltiplas dimensões e complexidade própria. O pesquisador tem assim uma certa obrigação de apresentar as interpretações diferentes que diferentes indivíduos ou grupos desenvolvem sobre uma mesma situação e deve fazê-lo de tal forma que possibilite uma variedade de interpretações da situação (ANDRÉ 1984, p. 53 *apud* Walker, 1980).

A análise realizada foi inspirada na Análise de Conteúdo, de Laurece Bardin (1977), o qual “[...] aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 1977, p. 38). A autora diz ainda que o principal

interesse desta metodologia não é aquilo que o pesquisador pode delinear do objeto de estudo, mas sim o conhecimento que se constituirá depois de ser abordado, para tanto, as significações fornecidas pela mensagem são o espectro das pesquisas realizadas a partir da análise de conteúdo. Aí está a inferência, que segundo Triviños é

Outra idéia essencial da delimitação do conceito que analisamos [a análise de conteúdo] é a da “inferência” que pode partir das informações que fornece o conteúdo da mensagem, que é o que normalmente ocorre, ou de premissas que se levantam como resultado do estudo dos dados que apresenta a comunicação. De todas as maneiras, em ambas as situações a informação surge da apreciação objetiva da mensagem (TRIVIÑOS, 1987, p. 160).

Bardin (1977) descreve ainda que a análise de conteúdo busca atingir muito mais do que uma leitura superficial ou simplista dos dados pesquisados. Esta metodologia quer desvendar os significados embutidos nas informações recolhidas sobre o objeto de estudo para uma análise mais profunda. O pesquisador deverá então utilizar em sua pesquisa um processo dedutivo das mensagens que se reúnem a partir dos indicadores encontrados.

2.2 Coleta de Dados

O Projeto de Pesquisa sofreu muitas revisões e reformulações até que chegasse ao trabalho que aqui se apresenta. Sua temática principal é a Gestão Democrática e, a princípio, o que se queria era investigar como a Eleição para Diretores da escola municipal Glória mudou ou não suas relações com os diferentes segmentos escolares. Como a Lei para Eleição de Diretores das escolas municipais de Sapucaia do Sul não se tornou realidade e se manteve apenas como um projeto que não recebeu muita atenção por parte das autoridades responsáveis por torná-lo uma realidade, usou-se um mecanismo concreto de participação construído recentemente na Escola: o Grêmio Estudantil Mandela.

Na busca de conhecimento de uma realidade em processo de mudanças em direção a uma vivência mais democrática na instituição de ensino onde ocorreu a

pesquisa, formulou-se um cronograma de atividades para a produção e desenvolvimento do Projeto de Pesquisa. Este cronograma abarca o estudo bibliográfico, a coleta de dados, as análises dos dados obtidos e os resultados finais com suas constatações.

O instrumento da coleta de dados utilizado foi um questionário com o objetivo de saber diretamente dos sujeitos que viveram esse momento de formação do Grêmio Estudantil se ocorreram mudanças e quais foram essas mudanças relativas aos seus conhecimentos e vivências sobre participação e democracia na Escola e sobre qual a importância de participarem de uma futura votação para escolha de diretores de sua escola.

Foram feitas 5 perguntas sendo que as três primeiras estavam relacionadas a formação do Grêmio Estudantil e as duas últimas relacionadas as concepções que os alunos possuíam sobre Eleição de Diretores e Gestão Democrática. Foram investigadas duas turmas, sendo que uma pertencia à 6^o série e a outra à 7^o série. A primeira possuía 24 alunos e a segunda 26, somando assim um total de 50 alunos, os quais estavam todos presentes no dia da coleta de dados. Essa coleta ocorreu no dia 21 de julho de 2010, semana anterior ao recesso escolar.

O questionário aplicado deixava as opções de resposta abertas, portanto, muitas respostas dos 50 alunos que responderam ao questionário se repetiam alternadamente com menor ou maior variação e, todos os termos diferentes que iam surgindo foram sendo anotados e contabilizados para chegar a um resultado.

Os professores que entraram nas duas turmas cederam um espaço de suas aulas e aplicaram o questionário dizendo que não fazia parte da aula, mas sim de uma pesquisa, que não seria obrigatório o ato de responder, mas que estariam colaborando para essa pesquisa. Todos os questionários possuíam um cabeçalho que esclarecia que aquelas perguntas seriam utilizadas em uma pesquisa investigativa sobre aqueles assuntos, para realização de um trabalho de pós-graduação. A vasta maioria se prontificou a responder, porém, 3 dos questionários não obtiveram todas as suas perguntas completas e 1 um questionário teve somente uma pergunta respondida.

A partir dessas anotações é possível constatar os termos ou conceitos relativos a democracia e participação que os alunos subjetivamente elaboraram em sua aprendizagem com o processo de criação do Grêmio Estudantil da escola em questão.

Na coleta de dados foi possível também ter acesso as atas que foram registradas desde o início da formação do Grêmio Estudantil até a tomada de posse da chapa vencedora a qual compôs a primeira Diretoria do órgão representante dos estudantes. Além das atas, tornou-se dado de análise também o Estatuto, o qual torna o Grêmio Estudantil um órgão oficial que possui normas que amparam ou freiam a atuação de seus membros.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados foi o questionário, um dos instrumentos da abordagem qualitativa que, segundo Triviños “[...] são meios “neutros” que adquirem vida definida quando o pesquisador os ilumina com determinada teoria” (1987, p. 137). Deste questionário é possível realizar uma sondagem que indique uma linha graduada de opiniões a respeito da temática pesquisada. Segundo Triviños (1987), o questionário aberto pode ser considerado um dos instrumentos utilizados pelo pesquisador que ganha caráter decisivo ao buscar respostas nos processos investigados, já que é um processo centrado no sujeito.

Outro instrumento de coleta e análise de dados foram atas, descritas como documentação interna da Escola. Como terceiro instrumento, temos também o Estatuto do Grêmio Estudantil.

Os dados, trabalhados a partir da Análise de Conteúdo, passam pela primeira etapa que é a pré-análise. Nesta fase os dados foram recolhidos, sendo selecionados a partir da regra de pertinência, e organizados para uma investigação que objetivasse indicadores que possam sustentar as análises finais.

Após a tarefa da pré-análise finalizada, passou-se a exploração do material que significa simplesmente colocar em prática as decisões que foram traçadas para chegar a um resultado satisfatório. Para isso é necessário codificar as informações

acumuladas durante a investigação, sendo que a respeito disso, Bardin (1977) esclarece que

A codificação corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índice [...] (BARDIN, 1977, p. 103).

Com as unidades de registro realizadas a partir da codificação dos dados, foi possível organizar recortes pela categoria semântica, ou seja, por agrupamento de temas. O passo seguinte à exploração do material é o tratamento dos resultados obtidos e suas interpretações, passa-se então a dar significado para os resultados.

O questionário foi transcrito com detalhes. A análise do questionário ocorreu pela divisão dos dois temas abordados: a participação na formação do Grêmio Estudantil e a participação em uma futura eleição para diretores da Escola, tendo por consequência as importâncias dos dois momentos.

Através das repetições de termos utilizados pelos alunos nas respostas dadas no questionário podemos constatar a formação de conceitos a respeito de democracia e cidadania que foram sendo assimilados por eles, assim como também as expectativas que têm em relação à escolha da equipe diretiva da escola pelo voto. Tais conceitos foram sendo formados no decorrer do processo de criação do Grêmio Estudantil com as palestras, assembleias, processo eleitoral e posse da chapa vencedora.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Este capítulo está composto por 3 seções, sendo que a primeira delas, “Contextualizando a Escola Pesquisada”, irá caracterizar e descrever a Escola sede da pesquisa, um pouco do seu histórico e de seus sujeitos. A segunda seção, intitulada “A importância da participação na criação do Grêmio Estudantil como ferramenta para a vivência da Gestão Democrática” vai, a partir de gráficos e comentários sobre esses dados, apresentar algumas conclusões sobre a relevância para a aprendizagem dos alunos por ter participado do processo de formação do Grêmio Estudantil da Escola.

Na última seção, que tem como título “A visão dos alunos sobre a eleição de diretores como ferramenta de Gestão Democrática” será explanada a opinião do alunado sobre sua participação em uma futura eleição de diretor em sua Escola, assim como também a importância dessa participação. Esta seção também possui gráficos para sua apresentação e, assim como as duas primeiras seções, conta com a análise não só do questionário, mas também de atas que registram uma Assembléia Geral e outras reuniões e acontecimento; e também o Estatuto que rege o Grêmio Estudantil formado na Escola.

Tendo em vista fazer descobertas a respeito da participação dos alunos na formação de uma entidade que os representasse e também sua participação em uma futura eleição de diretores na sua Escola, dados foram coletados e analisados. Desse processo de análise é possível fazer apontamentos que estão descritos nas “Considerações Finais”. Os resultados encontrados são fonte de conhecimento sobre as opiniões e expectativas de seus alunos, o que pode contribuir e enriquecer as relações entre alunos e equipe diretiva, assim como enraizar a proposta de Gestão Democrática.

3.1 Contextualizando a Escola pesquisada

A pesquisa foi realizada em uma escola municipal de Sapucaia do Sul. A Escola Glória, onde foi feita a pesquisa, foi fundada no dia 1º de abril do ano de 1985, por tanto fez 25 anos no ano de 2010. A Escola conta com 11 salas de aula e quadra de esportes, os dois principais ambientes utilizados pelos alunos dentro da escola.

A sala de professores cede um espaço para guardar as obras literárias, didáticas e paradidáticas que a escola recebe do Ministério de Educação e Cultura (MEC) ou adquire durante o ano, as quais são emprestadas aos alunos pelo período de uma semana ou mais, de acordo com suas necessidades ou interesses. Sendo a biblioteca um local extremamente pequeno, não há espaço para pesquisas e estudos de grupo no local. Os alunos ficam no pátio ou levam as obras e fazem sua pesquisa em casa.

Na Escola Glória, diferente das outras escolas do município de Sapucaia do Sul, não há Laboratório de Informática, os alunos não têm acesso na escola a essa aprendizagem e também um rico meio de pesquisa. No primeiro semestre de março, a escola recebeu do MEC 18 computadores, os quais não foram instalados por falta de espaço físico. Com a chegada dos computadores, o único local seguro para deixá-los a espera da instalação foi a biblioteca, o que acarretou em mais transtornos ainda ao local de empréstimos de livros aos alunos que já era inadequado.

Assim como a sala de professores cede espaço à biblioteca, com o refeitório não é diferente, ele cede espaço para o trabalho das especialistas em orientação e supervisão, todos os atendimentos – alunos, pais e professores – assim como também algumas reuniões, ocorrem neste espaço dentro do refeitório, que apesar de separado por uma parede de madeira, muitas vezes, se torna um tanto constrangedor pela falta de privacidade, principalmente nos momentos em que o lanche e o almoço são servidos.

Com o crescimento do bairro devido a construção de prédios em condomínio, o número de pedidos de vagas cresceu de forma espantosa. Porém a escola, que possui uma estrutura física que deixa muito a desejar, não cresce no mesmo ritmo e por isso não dá conta da demanda de vagas que são solicitadas na escola.

A Escola conta com cerca de 280 alunos de séries iniciais e cerca de 230 alunos das séries finais do Ensino Fundamental. Meu trabalho de pesquisa dá ênfase aos alunos das séries finais, os quais possuem idades entre 11 e 17 anos de idade, sendo que responderam ao questionário apenas uma turma de sexta série e uma turma de sétima série.

A maior parte dos alunos não aparenta fazer parte da classe econômica baixa, pois pude notar que possuem equipamentos eletrônicos modernos como celulares, aparelhos mp4 e máquinas fotográficas digitais.

3.2 A importância da participação na criação do Grêmio Estudantil como ferramenta para a vivência da Gestão Democrática

Os dados obtidos neste estudo foram coletados através da aplicação de um questionário com 5, perguntas aplicado em uma turma de 6ª série e outra turma de 7ª série, sendo que as duas turmas somavam 50 alunos no seu total. Todos os alunos se dispuseram a respondê-lo, porém nem todas as questões foram respondidas por alguns desses alunos. Além das respostas serem analisadas, são analisadas também as atas registradas durante o processo de formação do Grêmio Estudantil e seu Estatuto.

Os gráficos identificam as diversas opiniões, já que as perguntas não possuíam respostas pré-estabelecidas ou de múltipla escolha. As imagens gráficas nos permitem visualizar, a partir da incidência das respostas, os conceitos que os alunos formularam em sua aprendizagem durante esta caminhada de formação do Grêmio Estudantil. No **Gráfico 1**, que vem logo a seguir, é possível ter noção da abrangência da participação dos alunos na formação do Grêmio Estudantil Mandela.

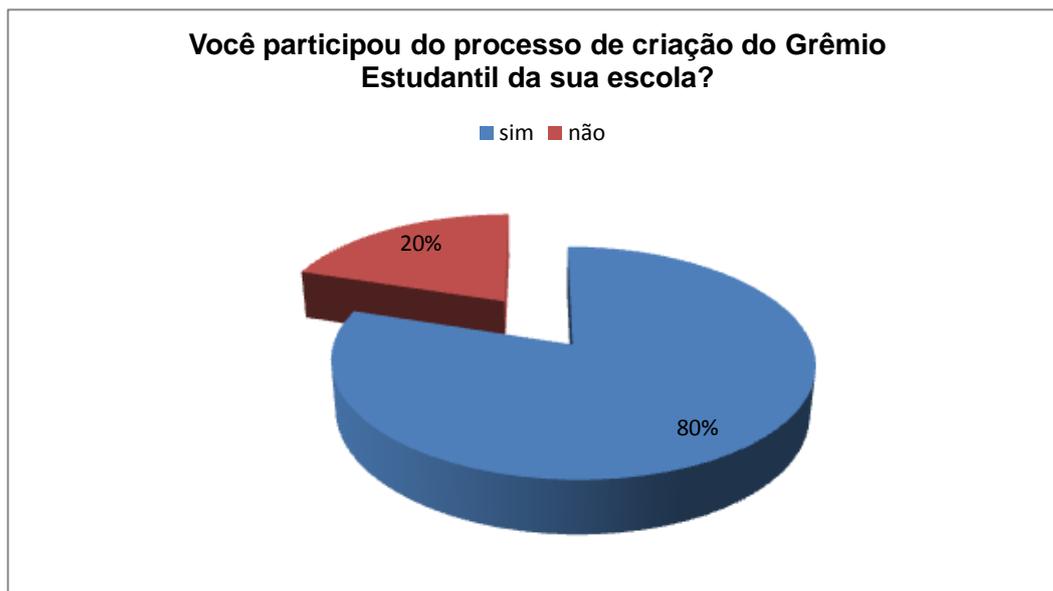


Gráfico 1 – Respostas que indicam as porcentagens dos alunos que participaram e que não participaram do processo de formação do Grêmio Estudantil Mandela.

Dos cinquenta alunos que responderam ao questionário, somente dez dizem não ter participado do processo de criação do Grêmio Estudantil, conforme podemos observar no **Gráfico 1**. A partir deste dado, podemos inferir que 80% dos alunos da(s) séries(s) participou do processo aqui em análise e 20% não participaram. Isto também mostra que os movimentos realizados pela Escola, tais como palestras, espaços para campanhas das chapas concorrentes e debate entre elas, Assembléia Geral, surtiram efeito, mobilizando o alunado a analisar e refletir sobre aquela caminhada de diálogo.

Alguns desses momentos descritos logo acima podem ser constatados nas atas de registro dessa caminhada. A ata 01/2010, é a mais extensa das demais presentes no livro ata, por descrever a assembléia geral em que tinha como pauta principal “a fundação da entidade representativa dos estudantes, a formação do Conselho Fiscal e a escolha do nome do Grêmio Estudantil”. Foram convidados a participar da Assembléia Geral, no dia 26 de março de 2010, no turno da tarde, todos os alunos com a faixa etária a partir de 12 anos. Sendo assim, as turmas de 5º a 8º série, as quais estudam no turno em que foi realizada a Assembléia, foram acompanhadas pelos professores até o saguão; os alunos que possuíam 12 anos ou

mais e estudavam no turno da manhã receberam o convite para participar e os interessados compareceram no horário estipulado no convite.

A partir desta constatação, se reforça a idéia de que uma Gestão Democrática é aquela que abre espaços para o diálogo e a participação num sentido de não somente oferecer o espaço para isso, mas fazer um chamado à participação dos sujeitos que fazem parte da Escola, para que esses sujeitos possam fazer do diálogo e da participação um hábito e não apenas um momento. Lima se refere a essa idéia dizendo que

A teoria dialógica, portanto, não é um conjunto de técnicas para serem aplicadas quando necessárias, como se fossem 'receitas': ela significa uma incorporação, uma opção política que é apreendida, ensinada e compartilhada, não apenas no meio educacional, mas como um estilo de vida. Realmente, o maior desafio em relação a essa teoria está na mudança de mentalidade que precisa ocorrer por parte dos profissionais da educação (LIMA, 2007, p. 32).

Para que as campanhas das chapas concorrentes ocorressem, a Orientadora Pedagógica fez uma reunião para determinar normas. Esta reunião ficou descrita em ata, assim como todas as regras definidas nela.

A reunião citada acima corresponde a Ata 2/2010, que ocorreu no dia 5 de abril, em reunião no refeitório da Escola. Nesta ata consta a presença da Orientadora Pedagógica e dos Presidentes das chapas inscritas a concorrer na eleição da primeira Diretoria do Grêmio Estudantil Mandela, às 14 h, com o objetivo de realizar um sorteio para definir a ordem de campanha a se realizar no dia seguinte. Com o número total de seis chapas concorrentes, estas puderam fazer suas campanhas do dia 6 de abril até dia 9 de abril, obedecendo o sorteio realizado junto com a Orientadora Pedagógica que definia a data de campanha de cada chapa.

As campanhas foram realizadas no horário do recreio dos turnos da manhã e da tarde, sendo que foram acrescentados 10 minutos a mais nestes recreios para a realização desta campanha. A Campanha dava a possibilidade dos alunos, de forma organizada esclarecerem aos seus colegas seus objetivos e as razões pelas quais queriam fazer parte da primeira Diretoria do Grêmio Estudantil Mandela.

Juntamente com os Presidentes das chapas candidatas, foram criados alguns critérios a serem adotadas no período de campanha pelas chapas concorrentes. Estas poderiam confeccionar um cartaz do tamanho de uma cartolina para espalhar pela escola, produzir panfletos, os quais poderiam ser distribuídos na escola e que deveriam seguir a regra das medidas definidas e adotadas nessa reunião. As chapas poderiam ainda usar camisetas com nome de sua chapa.

Decidiu-se e ficou registrado nesta ata que, se alguma chapa interferisse na campanha da chapa concorrente, seria desligada do processo de campanha e votação, ou seja, seria desclassificada, conforme definição do Estatuto. Além dessa definição relativa ao dever de respeitar os momentos de campanha das chapas concorrentes, foram feitas também outras definições a respeito da Eleição propriamente dita.

Alguns conceitos de Virgínio (S/data) sobre participação possibilitam reconhecer como consequência desta a autonomia no trabalho que se realiza, portanto, a participação vai render também maiores responsabilidades no que se faz dentro da escola e com o ambiente escolar. Essas responsabilidades incluem deveres na postura do aluno em seu ambiente escolar. O Estatuto tem no seu capítulo V, do artigo 31º até o artigo 33º, as normas à respeito das infrações disciplinares, nestes trechos consta todas as situações que podem vir a prejudicar a instituição representante dos estudantes, por tanto devem ser evitadas sob pena de, sendo membro da Diretoria, perder seu mandato.

Todo o processo de formação do Grêmio Estudantil Mandela permitiu variadas formas de participação por parte dos alunos, já que, antes de chegar à ocasião do voto, vários espaços de diálogo foram abertos. Esses momentos são citados pelos alunos nas respostas que deram origem ao **Gráfico 2**, apresentado logo abaixo.

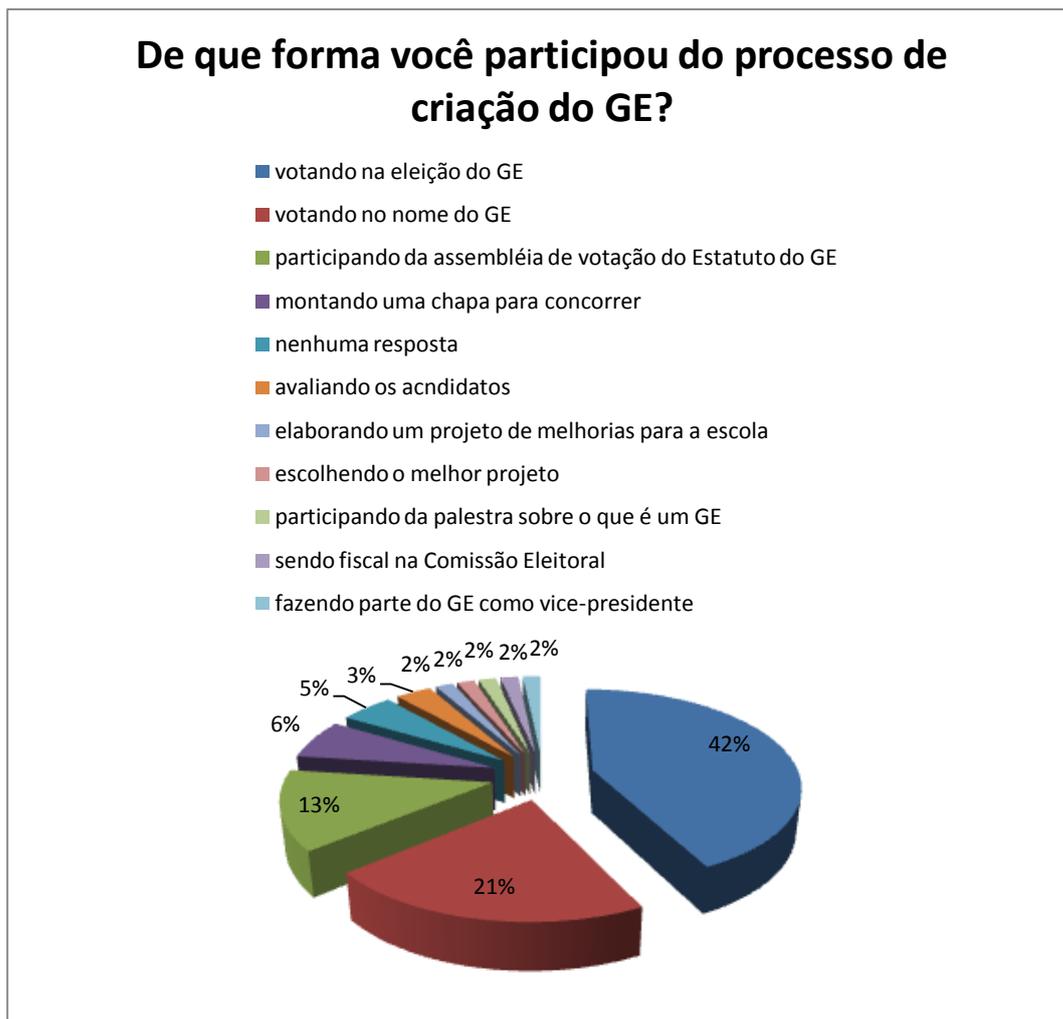


Gráfico 2 – Formas de participação dos alunos no processo de formação do Grêmio Estudantil Mandela

No **Gráfico 2** podemos observar que dos quarenta alunos que dizem ter participado desta caminhada, a maioria destaca como um momento marcante da sua participação a ocasião em que votam em uma das chapas candidatas. Outro fator marcante citado por treze jovens, de acordo com suas respostas, foi votar na escolha do nome do Grêmio Estudantil, o qual recebeu o nome Mandela¹.

¹ Nelson Mandela foi o principal representante do movimento antiapartheid na África do Sul, era considerado um líder a favor da igualdade e dos Direitos Humanos. Foi Presidente da África do Sul de 1994 a 1999.

Ainda no **gráfico 2**, pelo número de vezes que foi citada a participação na assembléia em que foi votado o Estatuto do Grêmio Estudantil percebemos que também foi um momento de aprendizagem, levando em conta que foram reunidos no saguão da escola em um momento único para a história da escola. Foi convidado para coordenar a Assembléia Geral, a qual teve início às 15h e 30m e terminou às 17 h, Ricardo Laub Cardoso, o qual era representante da União de Estudantes de Sapucaia do Sul (UESS). Além da coordenação da Assembléia Geral, pretendia-se que ele também esclarecesse aos alunos as suas funções dentro dessa entidade e esclarecesse ainda possíveis dúvidas que surgissem a respeito da função de um grêmio estudantil e do processo que estava se instaurando a partir daquele momento.

Após os esclarecimentos, deu-se início a votação do nome do grêmio estudantil. Nesse momento, a Diretora da Escola tomou a palavra e orientou a votação aberta. Sugestões de nomes para o Grêmio Estudantil foram coletadas nas salas de aula na semana anterior à Assembléia Geral com o objetivo de colocá-los em votação neste momento de reunião dos estudantes. Em seguida da aprovação do nome Mandela para o Grêmio Estudantil, ficou definido que aquela data, dia 26 de março, seria o dia em que deveria ser comemorado anualmente a fundação do Grêmio Estudantil pela Diretoria que estivesse em atuação. Neste momento o Professor Reginaldo convidou todos os presentes a cantar o hino nacional da África do Sul.

O aluno que havia sugerido o nome vencedor, antes da votação, explicou a todos quem foi Mandela e sua luta pela igualdade e contra o preconceito. Com isso conseguiu conquistar um grande número de simpatizantes pela sua colocação.

As declarações em que o fato de poder votar e fazer uma escolha se mostra mais evidente e marcante para os alunos soma-se em 77% das respostas que mais se repetiram nos questionários aplicados. Porém, Virginio nos lembra que “[...] há o entendimento comum de que participação democrática se efetiva mediante o voto, o que pouco contribui para a construção de uma cultura de participação democrática, senão com a co-responsabilização para com as qualidades do contexto escolar” (S/data, p. 1). Ou seja, é preciso perceber que os caminhos percorridos pelos alunos no período de formação do Grêmio Estudantil são mais edificantes do que o próprio

voto de cada um deles, o que definiu a primeira Diretoria da entidade. O voto não pode ser considerado o único processo democrático, mas sim a conclusão de um processo democrático vivenciado dentro da Escola a qual ocorreu a investigação.

Ou seja, as formas de participação vividas pelos alunos no ambiente escolar, as trocas de experiência, os momentos de diálogo e debate são os reais motivadores de uma educação voltada para a cidadania. Sobre isso, Gutierrez nos diz que “Se o estudante goza do direito de plena participação, podemos esperar que se desenvolvam nele atitudes que o estimularão a enfrentar crítica e positivamente não tanto as autoridades hierárquicas, mas os problemas próprios da vida do grupo” (GUTIERRES, 1988, p. 83-84).

Sobre os processos democráticos citados no início do parágrafo anterior, é possível dizer que estes sim representam a Gestão Democrática e não a possibilidade de votar de forma isolada, sem que seja feita uma caminhada em busca de reflexões para, só então, chegar a esse fim.

O Grêmio Estudantil é uma das formas de dar voz aos alunos e permitir que participem efetivamente do cotidiano escolar, podemos dizer ainda que pode ser considerado um instrumento de democratização dentro da escola.

Levando em conta que o aluno é o ator principal deste cenário, é obrigação da escola e de seus educadores torná-los conhecedores de seus direitos e incentivá-los a uma atuação mais participativa e responsável nas questões que permeiam o convívio escolar. Isabel de Medeiros(2008), resenhando a obra de Rudduck e Flutter (2007), escreve sobre a importância da voz do aluno dentro de uma escola democrática no sentido de melhorar a organização escolar. A participação dos alunos vai influenciar numa educação que vai privilegiar um modelo pedagógico voltado para a colaboração, ética e responsabilidade. De acordo com as autoras a respeito dos alunos “a escola deveria, neste sentido, buscar formas de reconhecer e estimular suas capacidades, constituindo papéis sociais, institucionais e pedagógicos que os estudantes possam assumir” (MEDEIROS 2008, p. 2 *apud* Rudduck e Flutter, 2007).

Outras respostas aparecem com menos frequência, porém não deixam de ter imensa importância para indicar que o processo de criação do Grêmio Estudantil foi também um processo de aprendizagem pela experiência do que é participação e cidadania. As respostas de 2 alunos diziam que sua participação se deu pela avaliação que puderam fazer dos candidatos e 1 aluno pela avaliação que fez dos projetos propostos pelos candidatos.

Obtivemos 4 respostas que dizem ter participado desse processo fazendo parte de chapas que estavam concorrendo na eleição do Grêmio Estudantil. Temos ainda as seguintes respostas que aparecem por uma vez: ter participado da palestra que pretendia esclarecer o que era um grêmio estudantil, ter participado sendo um membro da Comissão Fiscal do processo eleitoral. Em 3 questionários a pergunta não foi respondida.

Estes últimos dados citados acima nos permitem elaborar informações que reforçam ainda mais o fato de que o processo vivenciado é o maior formador de concepções a respeito da participação e da relevância de uma Gestão Democrática. Eles apresentam os vários caminhos que foram oferecidos para que os alunos, de uma forma ou de outra, pudessem participar deste período de formação do Grêmio Estudantil.

Os membros do Conselho Fiscal foram também definidos na Assembléia Geral. Após a votação do nome do Grêmio Estudantil, passou-se então para a eleição dos membros do Conselho Fiscal, neste momento toma a palavra a também convidada a coordenar a Assembléia Geral, Mariana Silva da Cruz, Presidentes da UESS. Depois de abrir para discussão esse momento, ela esclarece a função de um fiscal no processo de eleição do Grêmio Estudantil e tira dúvidas a respeito disso. Pergunta então quem gostaria de participar do Conselho Fiscal, sendo que deveriam ser 3 fiscais e 3 suplentes. Inicia então o processo de votação aberta para a determinação de quem faria parte deste órgão fiscalizador.

Ficou formado então o Conselho Fiscal com três alunos com os respectivos números de votos na seguinte sequência: 70 votos o alunos mais votado, em segundo lugar uma aluna com 16 votos, e a terceira aluna mais votada com 15 votos. Seus suplentes com 14, 11 e 10 votos. Além desses alunos mais votados, se

candidataram mais 5 alunos que não foram escolhidos por terem recebido número de votos inferior aos citados acima. O número total de votos foi 169, sendo que os demais presentes se abstiveram.

Toda participação traz consigo a aprendizagem. Tendo vários tipos de participação, certamente a aprendizagem tenha sido enriquecedora para os alunos, sendo assim, a importância dessa participação são fatos importantes a serem verificados. É o **Gráfico 3** que indica essas constatações.

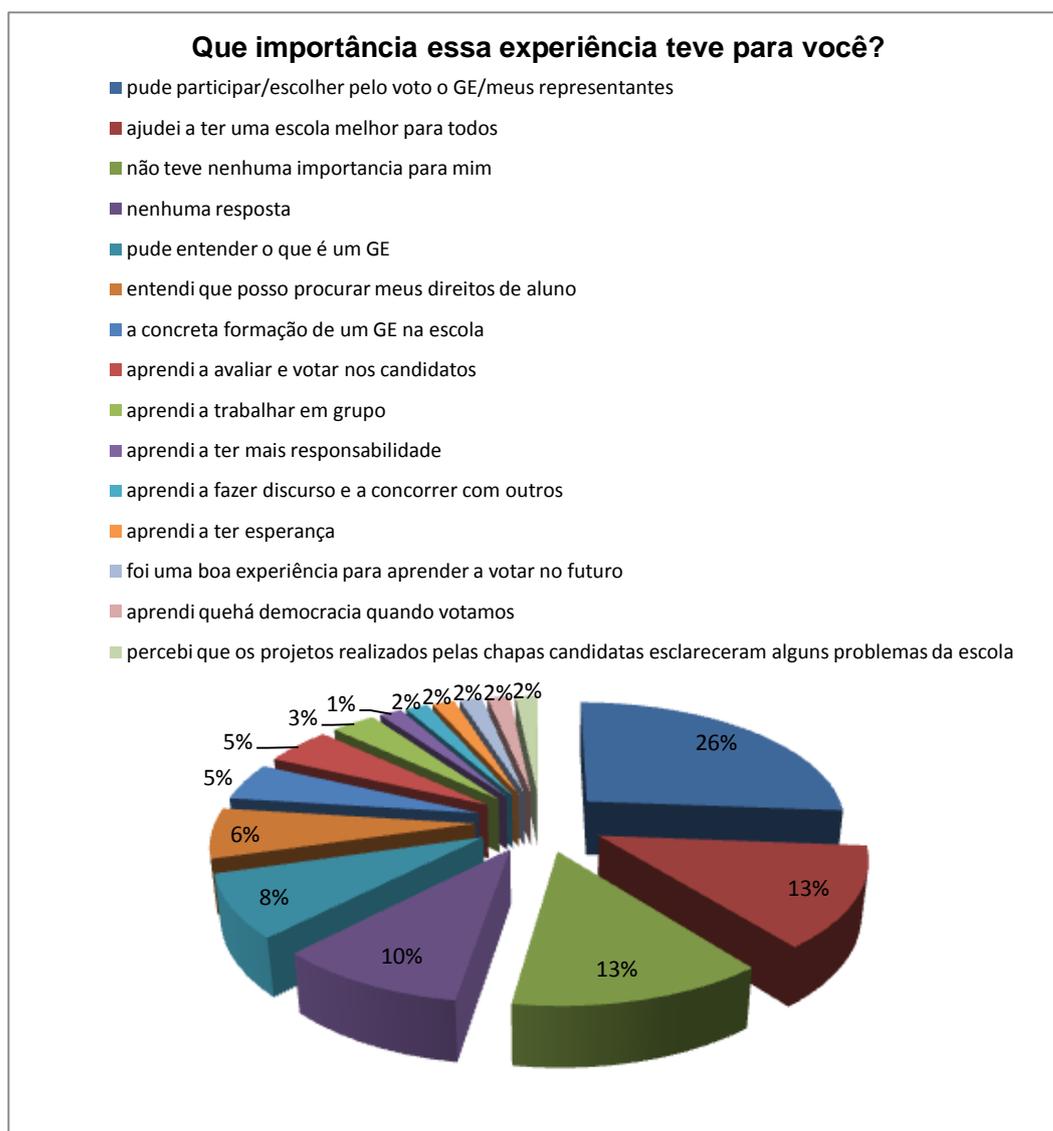


Gráfico 3 – Opinião dos alunos sobre a importância de ter participado do processo de formação do Grêmio Estudantil Mandela.

A partir das respostas descritas na segunda questão, as quais deram origem ao **Gráfico 3**, podemos perceber que a participação no processo de formação do Grêmio Estudantil proporcionou resultados positivos na aprendizagem dos educandos. Sendo repetidas em 16 respostas, os alunos relataram o quanto foi importante para eles neste processo poder *participar* e *escolher* o Grêmio Estudantil e seus representantes através do voto.

Mas novamente é importante lembrar que os temas nos quais devemos nos ater são a *participação* e a *escolha* que os alunos tiveram a oportunidade de realizar através do voto; sendo assim, o voto é uma maneira de difundir a democracia, mas não a única ou mais relevante, nem é capaz de formar um cidadão crítico e reflexivo. O voto sozinho, sem o processo de análise, reflexão e troca de experiências, não conseguiria sustentar a democracia dentro da instituição escolar e nem desenvolver uma educação voltada para a formação cidadã. A respeito da educação para a cidadania, Gentili nos diz que “[...] a cidadania deve ser pensada como um conjunto de valores e práticas, cujo exercício não somente se fundamenta no reconhecimento formal dos direitos e deveres que a constituem, mas também que tende a torná-los uma realidade substantiva na vida cotidiana dos indivíduos” (GENTILI, 2000, p. 149-150).

É possível observar que na resposta de 8 alunos eles dizem não ter tido nenhuma importância para eles passar por essa experiência e outros 8 alunos não colocaram nenhuma resposta à pergunta, o que se pode avaliar como um número significativo de alunos que parecem não ter considerado esta caminhada um momento de mudança. Contudo, 25% dos alunos que responderam ao questionário entendem que ajudaram a escola a ser melhor para todos. Dizem ainda ter aprendido a avaliar e votar nos candidatos, a trabalhar em grupo, a ter mais responsabilidade e a fazer discurso e a concorrer com outras pessoas por algo importante.

Uma percepção por parte dos alunos que pode ser considerada de extrema importância é o fato de alguns relatarem que entenderam que têm direitos enquanto alunos e podem procurar por eles. Entender que o Grêmio Estudantil é um órgão que pode oferecer espaço de luta em busca de direitos é altamente educativo para a cidadania. A respeito disso, Moura expõe que “[...] a contribuição do Grêmio

Estudantil no processo da gestão da escola democrática é fundamental, pois ele atuará como interlocutor dos anseios dos estudantes junto à comunidade escolar e vice-versa” (MOURA, 2007, p.7).

Outra constatação não menos importante do que a anterior para esta investigação é o fato de que um aluno relata que para ele “*foi uma experiência importante para saber votar no futuro*”. Dar os primeiros passos para uma vida politicamente consciente é uma tarefa que a escola deve abraçar e fortalecer com medidas educativas práticas.

É possível ressaltar ainda 5 respostas que dizem ter entendido o que é um grêmio estudantil, já que até então desconheciam esse órgão representativo dos alunos e suas funções; 1 resposta que relata ter aprendido que há democracia quando votamos e 1 resposta que diz que aprendeu a ter esperança. No gráfico visualizamos 3 respostas que dizem que o fato mais importante dessa experiência foi ter ocorrida a concreta formação de um grêmio estudantil na escola e ainda 1 resposta que diz ter percebido que os projetos feitos pelas chapas que concorriam na eleição do grêmio estudantil esclareceram alguns problemas existentes na escola.

O Estatuto do Grêmio Estudantil Mandela é um documento que dá legitimidade a sua existência e sua luta, ou seja, é a prova dessa concreta formação como citam 3 alunos. Este Estatuto foi baseado no estatuto de uma escola municipal próxima da Escola Glória. O Estatuto foi revisado e elaborado de acordo com a realidade da Escola Glória em reuniões que ocorreram após o horário de aula. Essas reuniões foram ministradas pela Orientadora Pedagógica, na presença da Diretora da Escola e alguns alunos que tiveram interesse de participar da equipe Pró Grêmio, divulgado pela Orientadora.

Foram ao todo seis reuniões que ocorreram em novembro e dezembro de 2009, nem todas as reuniões tiveram a presença dos mesmos alunos, já que sendo depois do horário de aula, nem sempre estavam disponíveis a participar. As reuniões que tiveram mais participantes chegaram a contar com dez alunos, mas ao final do estudo, a comissão Pró Grêmio, a qual aprovou o presente Estatuto antes de ser apresentado na Assembléia Geral, possuía 4 alunas.

O **Gráfico 4** identifica toda a expectativa dos alunos em relação às funções do Grêmio Estudantil formado na Escola. Os alunos descrevem nas suas respostas o papel que a Diretoria deve assumir diante dos alunos e da Escola.

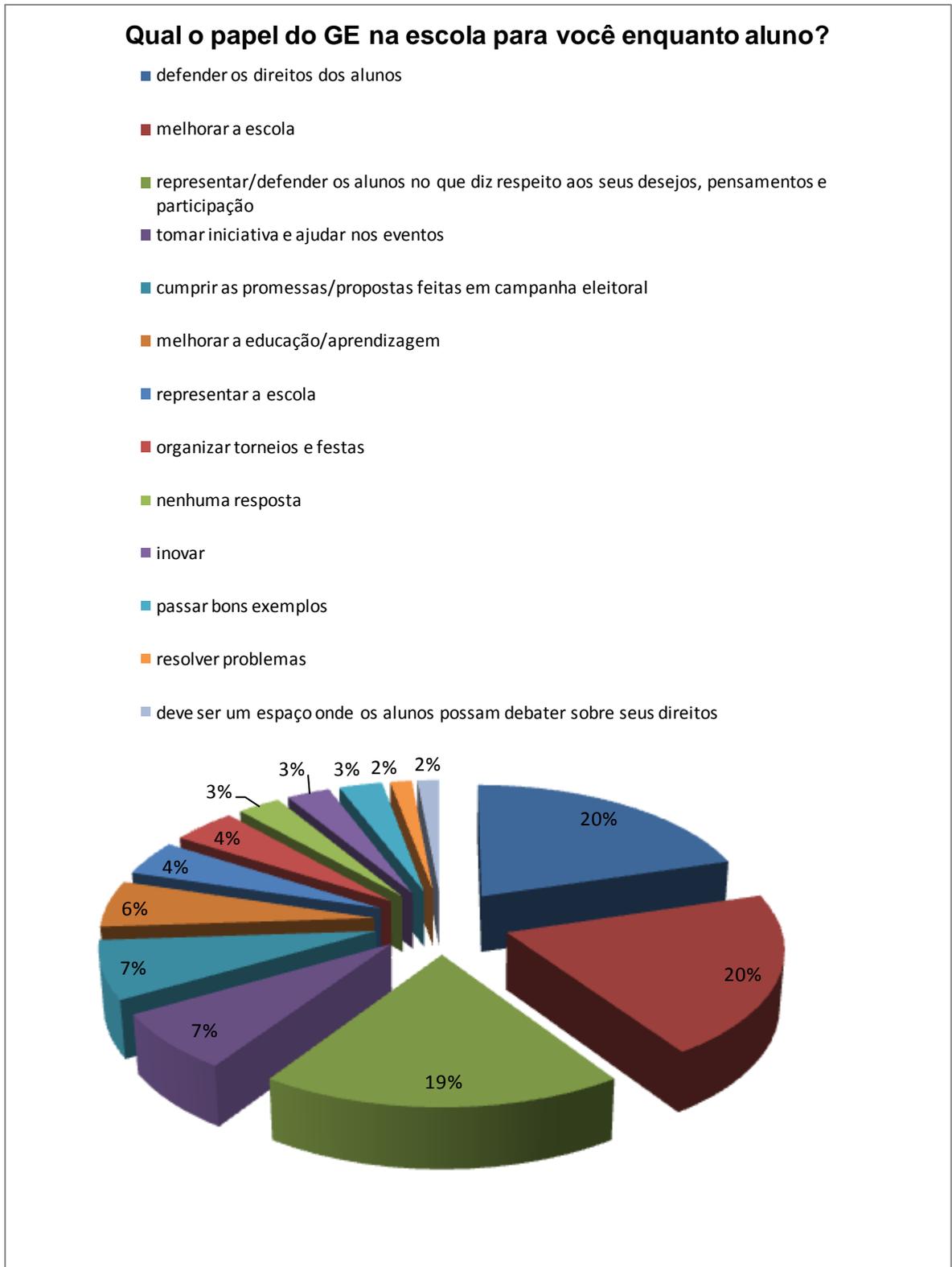


Gráfico 4 – Respostas referentes às expectativas que os alunos possuem com relação a atuação do Grêmio Estudantil Mandela.

Na pergunta expressa no **Gráfico 4** os alunos foram questionados sobre qual seria o papel do Grêmio Estudantil na escola. Pelas respostas obtidas fica claro que os alunos reconhecem tanto as responsabilidades que o órgão tem para com os alunos como também com a escola e seu bom andamento. 59% das respostas obtidas dizem que o papel do Grêmio Estudantil é defender os direitos dos alunos e representá-los no que diz respeito aos seus desejos, pensamentos e participação assim como também trazer melhorias para a escola. Esse último item não deixa claro se as melhorias seriam relativas a aprendizagem, aos cuidados com o patrimônio ou ainda as duas hipóteses.

Tomar iniciativa, ajudar em eventos e cumprir as promessas feitas em período de campanha eleitoral aparecem lado a lado, com 5 repetições, como pontos importantes do papel do Grêmio Estudantil segundo a opinião dos alunos. Dois alunos não deram nenhuma resposta à questão e um aluno apenas vê o grêmio estudantil como um órgão que deve promover lazer organizando torneios esportivos e festas.

Uma resposta que demonstra alto grau de conscientização sobre a verdadeira função de um grêmio estudantil é a que diz que “o grêmio estudantil deve ser um espaço onde os alunos possam debater sobre seus direitos”. Moura, nesta linha de pensamento, defende que

O Grêmio não pode ser apenas um mero realizador de campeonatos esportivos e festas que arrecadam fundos para a escola. O Grêmio neste processo tem que ser o conscientizador dos estudantes, promover palestras, debates, participar da elaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, das reuniões de avaliação de ensino e aprendizagem, das reuniões de pais, enfim, viver a escola (MOURA, 2007, p.7).

A resposta citada acima, assim como outras que podem ser observadas no **Gráfico 4** a respeito do papel que o Grêmio Estudantil deve exercer dentro da escola vão ao encontro do que determina o Estatuto em relação aos objetivos desta

instituição. O Estatuto do Grêmio Estudantil Mandela possui 53 artigos divididos em 7 capítulos. O capítulo I é constituído pelos artigos 1º, 2º e 3º, os quais indicam que as Direções eleitas deverão sempre exercer seu mandato sob as normas aqui definidas. O documento deixa bem claro os objetivos desta entidade, como podemos ver a seguir

- I) Defender os interesses individuais e coletivos dos estudantes;
- II) Representar os associados ao Grêmio Estudantil nas instancias que lhe forem solicitadas;
- III) Zelar pelo patrimônio da escola;
- IV) Lutar pela democracia permanente dentro e fora do Estabelecimento de Ensino, através do direito de participação dos fóruns adequados;
- V) Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de lazer, bem como bailes e excursões de seus membros;
- VI) Promover a cooperação entre administradores, professores, funcionários e alunos, no ambiente escolar, buscando o seu aprimoramento;
- VII) Realizar intercâmbio e colocação de caráter cultural, educacional, político, desportivo e social com entidades congêneres;
- VIII) Pugnar pela adequação do ensino as reais necessidades da juventude e do povo, bem como pelo ensino público e gratuito;
- IX) Pugnar pela independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, orientação sexual, convicção política ou religiosa, nacionalidade ou quaisquer outras formas de discriminação (Estatuto Grêmio Estudantil Mandela, 2010, p. 1).

Notamos que alguns conceitos sobre democracia, participação e diretos foram estabelecidos pelos alunos nesse processo de chamada à participação e tomada de decisão que foi composto por palestras, reuniões e assembléias. Resta observar se essas concepções estarão prontas para um outro possível momento democrático. Para isso serão analisadas questões relativas a uma possível eleição de diretor na escola.

Sendo assim, depois de investigar e analisar uma situação concreta que foi vivenciada pelos alunos com o processo de formação do Grêmio Estudantil Mandela, chega a hora da pesquisa investigar e analisar uma situação hipotética ou ainda subjetiva para os educandos: a escolha do gestor escolar através da sua participação, do seu voto.

3.3 A visão dos alunos sobre a eleição de diretores como ferramenta de Gestão Democrática

No **Gráfico 5**, logo abaixo os alunos relatam sua opinião sobre a participação dos alunos na escolha da equipe diretiva da Escola.



Gráfico 5 – Opinião dos alunos sobre a importância de sua participação numa futura eleição de escolha de diretores na Escola.

Ter o desejo de participar, de opinar e poder escolher não é desejo de todos, mas a grande parte dos alunos da Escola Glória deseja escolher o diretor de sua escola através do voto. Podemos perceber isso pelas respostas que compõem o **Gráfico 5**, onde notamos que 94% dos alunos respondem que acham importante participar como aluno votante da escolha de diretores da sua escola, sendo que somente 6% não acham importante essa participação.

Paro (2001) nos diz que a eleição usada como critério para a escolha dos dirigentes de escola vem se espalhando pelo Brasil em contraponto da nomeação política. A seguir, no **Gráfico 6**, os alunos descrevem as razões pelas quais acham importante sua participação nesta escolha.

Por que você acha importante participar como aluno votante da escolha de diretores da sua escola?

- porque os alunos têm direito de opinar/escolher
- porque os alunos devem escolher quem tem capacidade para essa função
- porque os diretores nos representam dentro da escola
- porque o voto do aluno faz a diferença
- porque assim também poderemos decidir se o diretor deve deixar sua função ou não
- porque é uma oportunidade dos alunos exporem suas idéias e vontades
- porque o diretor tem que saber lidar com os jovens e saber o que eles pensam
- porque os alunos sabem quais são as qualidades dos professores e isso certamente é bom
- porque é uma nova forma de pensar dentro da escola
- não gostaria de votar, pois se votarmos errado podemos nos arrepender
- não gostaria que os alunos votassem porque eles não levam em conta as melhorias na escola e sim se gostam ou não do professor
- não gostaria de votar porque isso não é problema nosso
- nenhuma resposta

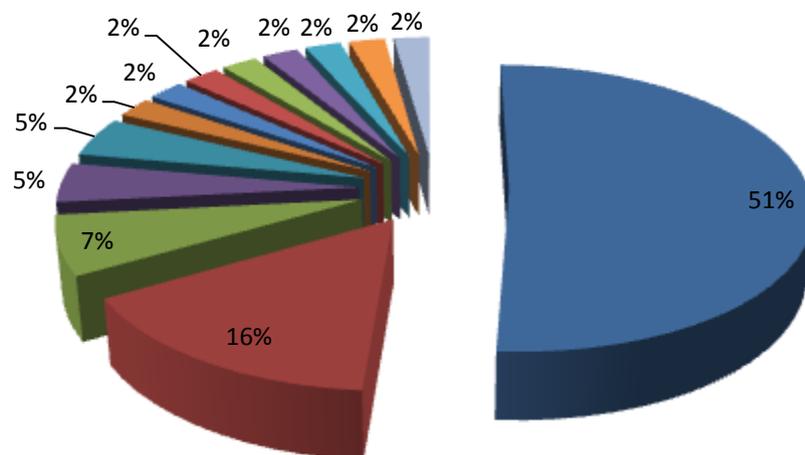


Gráfico 6 – Razões citadas pelos alunos para votar ou não em uma futura eleição de diretores na sua Escola.

A razão pela qual os alunos acham importante participar da escolha de diretores da escola é bem variada, mas é visível que a maioria tem como consenso

o fato de que possuem direitos e querem exercê-los dentro da escola. No **Gráfico 6**, o qual expõe respostas sobre a razão pela qual os alunos acham importante participar como aluno votante na escolha de diretores da escola, 23 alunos dizem ter direito de opinar/escolher. Ou seja, é opinião de 51% dos alunos que responderam ao questionário que seu direito se manifesta na escolha que fazem e na opinião que possuem. Complementa essa idéia a resposta que aparece por apenas duas vezes, mas que é bem clara e direta: “o voto do aluno faz a diferença”. Paro, sobre a eleição de diretores, nos diz que

A medida que a sociedade se democratiza, e como condição dessa democratização, é preciso que se democratizem as instituições que compõem a própria sociedade. Daí a relevância de se considerar a eleição direta, por parte do pessoal escolar, alunos e comunidade, como um dos critérios para a escolha do diretor de escola pública (PARO, 1996, p.26-27).

Apenas uma das respostas representa uma opinião polêmica quando diz que “a escolha de diretor da escola não é problema dos alunos”. A resposta mostra que há sujeitos que preferem se eximir de qualquer participação e não dão a devida importância ao diálogo e a participação de todos dentro da instituição escolar. Pensar, refletir, escolher e se responsabilizar pelas escolhas não é tarefa fácil, exige consciência de coletivo, exige tomar responsabilidades para si e, talvez, para alguns seja mais fácil se manter a par de todas essas responsabilidades, porém, quando se toma essa decisão, se decide também abrir mão dos direitos que se tem. Paro (2001) determina bem sobre isso, o quanto é uma questão, muitas vezes cultural, não querer participar, para ele

[...] uma importante característica das eleições é que, como todo processo de democracia, a participação e o envolvimento das pessoas como sujeitos na condução das ações é apenas uma possibilidade, não uma garantia. Especialmente em sociedades com fortes marcas tradicionalistas, sem uma cultura desenvolvida de participação social, é muito difícil conseguir que os indivíduos não deleguem a outros aquilo que faz parte de sua obrigação como sujeito partícipe da ação coletiva (PARO, 2001, P.67).

Outras situações de incerteza que notamos em apenas duas respostas é que há o medo de se arrepender da escolha feita e o fato de que alguns alunos levariam em conta a empatia que possuem com o professor, sem se preocupar com as melhorias que o profissional poderia não dar conta de realizar na escola. Essa segunda hipótese nos mostra a preocupação desses alunos com possíveis votos

inconscientes e sem reflexão por parte dos colegas, o que poderia ser negativo para a escola e seus sujeitos.

Uma resposta permite inferir o quanto ainda é frágil e pouco esclarecida aos alunos a idéia de escolher o gestor escolar através de uma eleição na qual o aluno também poderá votar. Apesar de já existir um projeto de Lei no município para eleição de diretores e fazer parte de um antigo debate entre grande parte dos profissionais da educação, muitos alunos ainda não tem conhecimento desse fato e podemos comprovar isso na resposta que relata que “*é uma forma nova de pensar dentro da escola*”. Uma nova forma de pensar entre os alunos porque acabam ficando de fora das questões políticas das instituições de ensino. Como relatei anteriormente, os alunos acabam participando apenas do que diz respeito aos conteúdos a serem ensinados a eles e a participação nas festividades quando são incentivados a isso, acabando por ficar alheios aos direitos poderiam exercer.

A respeito de uma escola mais humanizadora, a qual se preocupa com a formação de seres capazes de viver em sociedade com respeito, criatividade e solidariedade, Ferreira comenta e encerra muito bem este bloco de análise dizendo que

A gestão democrática da educação, na complexidade do mundo atual, implica colocar a educação a serviço de novas finalidades, a fim de se poder, na tentativa de superar tudo o que tem corroído a humanidade neste quadro de caos e de barbárie em que vivemos, construir um futuro mais comprometido com toda a humanidade (FERREIRA, 2000, p.173).

As responsabilidades de um Gestor Democrático são imensas e desafiadoras para dar conta do que a escola necessita atualmente. É no último gráfico, o **Gráfico 7**, logo abaixo, que os alunos descrevem o papel de um diretor e a postura que deve ter em seu trabalho.

Qual o papel de um diretor dentro de uma escola e qual deve ser sua postura?

- saber administrar/coordenar/organizar a escola para seu bom funcionamento
- melhorar as condições da escola resolvendo problemas
- defender os direitos escolares
- buscar recursos para a melhoria da escola e da qualidade do ensino-aprendizagem
- saber conversar/respeitar professores e alunos
- colocar ordem/disciplina na escola
- ter seriedade e dedicação à escola
- criar novos projetos para a escola
- cumprir suas obrigações/funções
- dar bom exemplo
- representar a escola e sua comunidade
- nenhuma resposta
- defender/lutar pela escola
- cuidar/arrumar o patrimonio
- ter boa comunicação com alunos e comunidade escolar
- ter pulso firme
- procurar fazer o melhor para todos
- administrar com transparência
- ter objetivos concretos
- não ter medo de enfrentar problemas
- não sabe

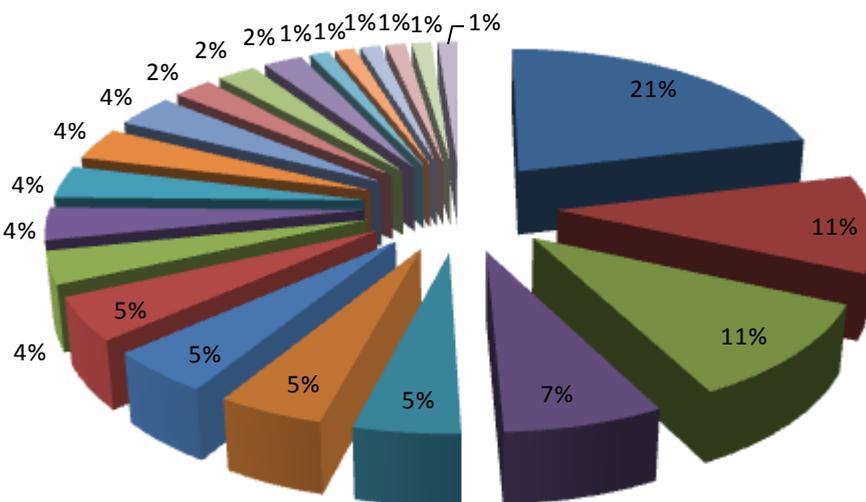


Gráfico 7 – Concepções que os alunos possuem sobre as funções/obrigações que um diretor deve exercer dentro da Escola.

No **Gráfico 7** notamos que, segundo as respostas dos alunos, é opinião geral que o diretor de uma escola tem o papel de administrar com competência, melhorar as condições da escola dando atenção e resolvendo os problemas existentes, defender os direitos de todos dentro da escola e buscar sempre por recursos que tenham por fim proporcionar qualidade ao ensino-aprendizagem. Essas respostas em relação ao questionamento a respeito do papel de um diretor na escola e sua postura aparecem no montante de 50% das opiniões.

De acordo com as respostas dadas pelos alunos, as funções de um bom diretor não são poucas, ou seja, as expectativas dos educandos são grandes. Paro nos retrata a respeito disso que “[...] como toda inovação, a perspectiva de introdução da via eletiva para escolha de diretores escolares provoca grande número de expectativas nos sujeitos envolvidos [...] (2001, p. 64). Entre tanta expectativa encontramos as opiniões de que ter um diálogo respeitoso com professores e alunos no dia a dia da escola é fundamental, assim como também ser um profissional sério, dedicado, disciplinador e possuir capacidade para criar novos projetos para a instituição de ensino. Esses são pensamentos que se repetem por 4 vezes nas respostas dos alunos.

Paro (2001) nos fala ainda de expectativas relacionadas ao desejo de uma gestão mais democrática dentro das escolas, com uma equipe diretiva que determine em sua prática atitudes voltadas para a participação. O autor relata que entre tantas esperanças há

Outra expectativa que muitas pessoas tinham com relação à eleição era a de que esta conseguiria eliminar o autoritarismo existente na escola e a falta de participação de professores, alunos, funcionários e pais nas decisões. A suposição por trás dessa expectativa era a de que a falta de participação e o autoritarismo existentes na escola se deviam, em grande parte ou exclusivamente, ao fato de o diretor, não tendo compromisso com o pessoal escolar ou com os usuários da escola, por não ter sido escolhido por estes [...]. Com a eleição, esperavam que a escola se encaminhasse rapidamente para uma convivência democrática e para a maior participação de todos [...] (PARO, 2001, p.66).

Virginio (S/data), em texto publicado no site Povoação: Educação Cidadã, possui uma lista ampla sobre a atuação coerente de uma equipe diretiva que norteia seu trabalho pelo caminho da Gestão Democrática. Podemos citar duas que são

pertinentes ao tema da investigação e seus resultados que dizem, entre tantas outras, que é responsabilidade do diretor

Estimular e articular a criação e a sustentação de um ambiente propício à participação plena no processo social escolar de seus profissionais, bem como de alunos e pais. Para tanto quem dirige deve ter a preocupação com a criação de relações e ambientes de liberdade e respeito;

Estimular e promover a cultura do debate, o desenvolvimento do espírito de equipe, do trabalho colaborativo, da cultura de troca, reciprocidade e compartilhamento de responsabilidades [...] (VIRGINIO, S/data)

Algumas respostas acabam por ter uma definição muito ampla, não nos dando uma idéia muito concreta sobre as concepções que já possuem sobre o papel de um diretor na escola. Um exemplo disso é a resposta citada por 3 vezes que é cumprir suas obrigações/funções. Pode ou não estar claro para esses alunos todas as funções que um diretor deve exercer dentro da escola, ainda mais se tratando de uma gestão democrática que é o que nos interessa tratar aqui.

Os alunos preocupam-se não somente com projetos, ensino-aprendizagem e relacionamento. Há também quem se preocupe com a conservação do patrimônio da escola, como aparece nas respostas de dois alunos. Observamos ainda no gráfico 7 outras respostas que vão ao encontro do que deve ser uma postura firme, decidida e comprometida com a educação para o gestor de uma escola. Dos cinquenta alunos, 3 não responderam a questão e 1 diz não saber.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eleição para diretores das escolas de Sapucaia do Sul é uma questão da educação discutida com superficialidade e atraso. Apesar da lei de gestão democrática constar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN 9394/96 – sancionada em dezembro de 1996, sendo ela a lei nº 9.394, seu processo de inserção no cotidiano escolar é lento. No município de Sapucaia do Sul, somente no ano de 2010 este assunto ganhou ênfase e deu os primeiros passos, apesar das instituições da rede estadual e de outros municípios próximos já terem a eleição de diretores como uma realidade colocada em prática.

Apesar deste mecanismo democrático não ter se desenrolado em 2010, temos outros mecanismos de participação dentro das escolas que podem ser formados e se tornar uma ferramenta de participação da comunidade. Fica claro que a participação é desejada pela maioria e, no caso do corpo discente, formar um Grêmio Estudantil é o melhor passo para essa participação ocorrer de forma organizada e eficiente, dando um passo de cada vez, do chamamento à participação, passando pelo momento dos esclarecimentos, partindo pra prática e chegando ao momento final que é a concretização do objetivo.

Para isso basta, que a escola incentive, esclareça e proporcione momentos de discussão sobre o órgão formado por alunos e para alunos. Mas não será toda escola que estará preparada para fazer isso, ou ainda, não será toda escola que estará disposta a fazer isso. Uma Gestão Democrática requer estudo, objetivos concretos, tempo, determinação e deverá também distribuir poderes, para que assim tenha parcerias dispostas a trabalhar junto, responsáveis pelos papéis que exercem dentro da escola.

Assim que o Projeto de Lei de Eleição para Diretores das escolas municipais da cidade se tornar Lei efetivamente, a comunidade escolar estará vivendo um novo momento; tempo em que cada integrante da instituição escolar vai poder avaliar e fazer uma escolha utilizando seu voto. Nesse sentido, é preciso estimular o aluno a entender e acompanhar as mudanças que podem ocorrer em sua vida escolar e incentivá-lo a participar de forma madura e consciente.

A escolha de diretores de escola através do voto de professores, funcionários, alunos e comunidade não garante a democracia nas entidades de ensino e no fazer educação. Por isso, a existência de outros mecanismos de participação é essencial para que haja a participação de todos os segmentos da escola. A formação de Grêmios Estudantis nas instituições de ensino é garantida por Lei, e quando incentivada pela escola e entendida por todos como parte integrante da instituição, e não como um órgão à parte, pode ser um aparelho de aprendizagem do que é cidadania e democracia.

O voto passa então, nesta análise de dados, a ser o fim do processo democrático e não o início. Analisando dessa forma é possível compreender que todo o processo de participação na formação do Grêmios Estudantis tem valor muito mais enriquecedor no que se refere à educação para a cidadania do que o voto por si só. O voto pode ser insensato, desprovido de lucidez, caso não tenha tido antes a reflexão e a troca de experiência entre os sujeitos que utilizarão aquele voto.

Palestras e aulas expositivas sobre o que é cidadania e democracia acabam sendo superficiais e pouco acrescentam à aprendizagem dos alunos sobre esses dois temas tão importantes. É necessário então, que a escola encontre meios de estimular seus alunos a se tornarem cidadãos críticos e conscientes através da prática, do dia a dia dos educandos dentro da instituição de ensino. Promover momentos e situações em que os alunos possam se expressar, questionar e participar.

Trabalhar cidadania e democracia na prática incentivando a formação de um Grêmios Estudantis pode fazer uma grande diferença quando se trata de educação para a cidadania. A organização dos alunos dentro das instituições de ensino é garantida por Lei e sua existência pode ser um instrumento que irá proporcionar aos alunos que entendam o que é democracia na prática, viabilizando então a consciência de cidadania e todos os direitos e deveres que lhe acompanham.

O processo de criação de um Grêmios Estudantis necessita de alguns caminhos a serem percorridos. A escola precisa fazer esclarecimentos sobre como se forma legalmente um Grêmios Estudantis, suas funções enquanto órgão representante dos alunos, o valor e importância de seu Estatuto; e fazer também

encaminhamentos para que isso se torne uma realidade através da promoção de espaços de debate. Traçar caminhos para que os alunos se reconheçam dentro das escolas como sujeitos participantes e importantes nas mudanças ao rumo de uma escola mais democrática são de grande valor em uma época em que se necessita tanto de uma educação mais humanizadora.

Notamos que a partir da participação vivenciada dentro da Escola investigada, o aluno passa a ter não somente uma visão de individualidade dentro da instituição escolar, mas passa a formar senso de coletivo. O aluno passa a se ver como peça importante para possíveis transformações no seu ambiente escolar. Passa também a ver seus colegas como iguais, em direitos e deveres. Com isso, a Escola pode desenvolver valores de cidadania que podem auxiliar na diminuição da violência e de preconceitos, os quais só são possíveis com esse amadurecimento das mentalidades dos educandos que passaram por esse processo.

A formação de um Grêmio Estudantil certamente é um dos caminhos para que o aluno tome consciência dessa nova escola, desse novo gestor escolar e de sua participação enquanto aluno. A razão de existir da escola é o aluno, por isso a escola tem obrigação moral e ética de estimular nesse aluno o desenvolvimento pleno de ser humano crítico e consciente de si e do mundo que o cerca. Mais importante do que fazer o aluno entender o que é democracia e cidadania, é fazer com que o aluno formule essas concepções através da prática exercida na escola a respeito desses termos, os quais vêm acompanhados de outros valores importantes. Toda essa caminhada pode servir como uma preparação para uma tomada de decisão consciente quando chegarem outros momentos de participação e escolha dentro da escola, como a provável eleição para diretores.

O processo de uma possível democratização da escolha de diretores tem contribuído para se repensar a gestão escolar e o papel que o diretor assume dentro da escola. Mais do que nunca é necessário uma escola humanitária que fuja dos padrões impostos pelo neoliberalismo, para isso mudam as funções do gestor escolar. Este precisará negar as atitudes da escola tradicional – centralizadora - e passar a ser um articulador entre os segmentos da escola, dividindo não somente tarefas, mas também tomadas de decisão.

A construção da Gestão Democrática e outros mecanismos de participação implica numa construção coletiva que deverão envolver todos os atores na discussão e nas tomadas de decisão. Para que esse envolvimento dos profissionais da educação, alunos e comunidade escolar aconteça de fato é preciso colocar em prática mecanismos de participação como eleições para diretores, criação dos conselhos escolares, consolidação dos grêmios estudantis e a construção coletiva dos projetos pedagógicos.

Diante dessas constatações feitas por muitos pensadores e estudiosos dos temas que se referem a Gestão Democrática, pode ser mais importante na escola a atividade efetiva de outros grupos vistos como mecanismos de participação do que a própria eleição para diretores de escola.

Sendo assim, torna-se necessário reconhecer a gigante responsabilidade que a escola tem para com o aluno, para que ele não fique restrito aos conteúdos e a sua sala de aula. É preciso despertar no aluno o seu potencial para a participação e mostrar que ele pode desempenhar seu papel político dentro da escola e dentro da sociedade.

Ser pesquisador e tentar trabalhar de forma neutra com os dados, extraindo deles resultados que possibilitem novas descobertas sobre um objeto de estudo não é tarefa fácil. Fazer parte do ambiente investigado trouxe aflições relativas à análise dos dados e às considerações finais. Era preciso tomar cuidado para não manipular os resultados pelas minhas hipóteses pessoais. Por isso, é tão importante ao investigador dedicar atenção total aos dados coletados e analisados, investigando-os exaustivamente.

Esta pesquisa é apenas a ponta de um *iceberg* dentro dos estudos sobre Gestão Democrática e seus mecanismos de participação, pois investiga apenas os resultados do processo de formação do Grêmio Estudantil da Escola. Porém saber se esse processo tornou realmente a Escola mais democrática, se os alunos continuaram tendo uma postura de reflexão crítica, e se passaram a participar das tomadas de decisão dentro da instituição de ensino. É proposta para um trabalho mais pormenorizado.

Para a continuação desse estudo seria interessante pesquisar as atividades realizadas pelo Grêmio Estudantil Mandela nos primeiros dois anos de fundação. Isso poderia nos mostrar se a formação do grêmio estudantil foi um momento em que se tentou tornar a Escola mais democrática ou se essa postura tornou-se real na vivência dos alunos da escola. É preciso saber se após todo esse processo ocorreu um estado de inércia ou se a Diretoria manteve uma postura atuante diante das necessidades dos alunos em busca de seus direitos de participação.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Buscando Rigor e Qualidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2001.

_____. Estudo de Caso: seu potencial na educação. **Caderno de Pesquisa**, Rio de Janeiro: PUC, v. 49, p. 51-54, mai. 1984.

BARDIN, Laurece. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BRASIL, Lei n. 7398, de 4 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e da outras providências. **Portal de Legislação**. [S.l.]. disponível em: <http://www.diariodasleis.com.br/>. Acessado em 15 nov. 2010.

BRASÍLIA (BR). Câmara dos Deputados, **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394. Brasília: Coordenação Edições Câmara, 2010.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. **A presença da pedagogia: métodos e técnicas de ação socioeducativa**. 2. Ed. São Paulo: Global: Instituto Airton Senna, 2001.

DEMO, Pedro. **A nova LDB: Rarões e Avanços**. Campinas, SP: Papirus, 1997. – (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico)

FERREIRA, Naura Syria Carpeto. Gestão Democrática da Educação para uma Formação Humana: conceitos e possibilidades. **Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p. 167-177, fev./jun. 2000.

FINGER, Magda M. **O processo de gestão escolar e o papel de seus vários participantes**. Universidade Estadual de Londrina, Cambé, 2008.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS, da USP e da PUC/RS. Vitor Henrique Paro. **A Utopia da Gestão Escolar Democrática**.

GADOTTI, Moacir. **Organização do Trabalho na Escola: Alguns pressupostos**. São Paulo: Editora Ática, 1994.

GENTILLI, Pablo. **Utopia e democracia na educação cidadã**/organizado por José Clóvis de Azevedo, Pablo Gentilli, Andréa Krug e Cátia Simon. – Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação, 2000.

GRÊMIO estudantil: exercício da cidadania. [S.l.], dez. 2007. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/>. Acesso em: 12 jul. 2010.

GUTIERRES, Francisco, **Educação como práxis política.** Tradução de Antonio Negrino. São Paulo: Summus, 1988.

LIMA, Márcia Regina Canhoto de. **Paulo Freire e a Administração Escolar: A Busca de um sentido.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em Gestão Escolar.** 2.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (Série Cadernos de Gestão; 4).

MARTINS, Angela Maria. **Autonomia da escola: a (ex)ensão do tema nas políticas públicas.**

MINAYO, M.C.S & SANCHES, O. Quantitativo – Qualitativo: Oposição ou Complementaridade? **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./set. 1993.

MOURA, Marcilene. **O Grêmio Estudantil na Gestão da Escola Democrática: protagonismo e resiliência ou despolitização das práticas formativas?** [S.l.], fev. 2010. Disponível em: <http://www.webartigos.com/>. Acesso em: 24 out. 2010.

_____. **O Papel do Grêmio Estudantil na Gestão da Escola Democrática.** [S.l.], dez. 2007. Disponível em: <http://www.webartigos.com/>. Acesso em: 24 out. 2010.

PARO, Vitor Henrique. **Escritos sobre Educação.** São Paulo: Xamã, 2001.

_____. **Eleição de Diretores: a escola pública experimenta a democracia.** Campinas, SP: Papyrus, 1996.

RUDDUCK, Jean e FLUTTER, Julia. (2007) **Cómo mejorar tu centro escolar dando la voz al alumnado.** Madrid: Ediciones Morata. (Resenhado por Isabel Letícia Pedroso de Medeiros/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008)

SILVA, Jair Militão da. **A autonomia da escola pública: A re-humanização da escola**. Campinas, São Paulo: Papyrus,1996. (Coleção Práxis)

TRIVIÑOS, Augusto Nibaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1977.

VIRGINIO, Alexandre S. **Gestão Escolar Democrática e Participativa**. [S.l.], [19--]. Disponível em <http://www.povoação.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2008.

_____. **Funções e Predicados da Equipe Diretiva**. [S.l.], [19--]. Disponível em <http://www.povoação.org.br/>. Acesso em: 15 out. 2008.

ANEXO A

Estatuto do Grêmio Estudantil Mandela

ESTATUTO DO GRÊMIO ESTUDANTIL MANDELA

CAPÍTULO I

Do Nome, Sede, Fins e Duração

Art. 1º - O Grêmio Estudantil Mandela, fundado em 26 de março de 2010, é o órgão máximo de representação dos estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Maria da Glória Gonçalves da Silva, localizada no estado do Rio Grande do Sul, cidade de Sapucaia do Sul, na Rua Osvaldo Dias, nº 463.

Parágrafo único – As atividades do Grêmio Estudantil reger-se-ão pelo presente estatuto, aprovado em Assembléia Geral para este fim.

Art. 2º - O Grêmio Estudantil Mandela tem por objetivos:

- I) Defender os interesses individuais e coletivos dos estudantes;
- II) Representar os associados ao Grêmio Estudantil nas instâncias que lhe forem solicitadas.
- III) Zelar pelo patrimônio da escola;
- IV) Lutar pela democracia permanente dentro e fora do Estabelecimento de Ensino, através do direito de participação nos fóruns adequados;
- V) Incentivar a cultura literária, artística e desportiva de lazer, bem como bailes, e excursões de seus membros;
- VI) Promover a cooperação entre administradores, professores, funcionários e alunos, no ambiente escolar, buscando o seu aprimoramento;
- VII) Realizar intercâmbio e colocação de caráter cultural, educacional, político, desportivo e social com entidades congêneres;
- VIII) Pugnar pela adequação do ensino as reais necessidades da juventude e do povo, bem como pelo ensino público e gratuito;
- IX) Pugnar pela independência e respeito às liberdades fundamentais do homem, sem distinção de raça, cor, orientação sexual, convicção política ou religiosa, nacionalidade ou quaisquer outras formas de discriminação.

Parágrafo único- No cumprimento de suas finalidades, o Grêmio Estudantil Mandela promoverá cursos, debates, palestras, campeonatos, concursos e quaisquer outras atividades ligadas a suas finalidades.

Art. 3º - O Grêmio Estudantil Mandela uma entidade de duração indeterminada, somente podendo ser extinta pela vontade expressa de 2/3 (dois terços) de seus membros em Assembleia Geral dos Estudantes especialmente convocada para este fim ou quando da extinção da EMEF. Profª Maria da Glória Gonçalves da Silva, revertendo seus bens às entidades congêneres.

CAPÍTULO II

Do patrimônio, sua constituição e utilização

Art. 4º - O patrimônio do Grêmio Estudantil é constituído por: Contribuição dos seus membros;

- II) Contribuição de terceiros;
- III) Subvenções, juros, correções ou dividendos resultantes das contribuições;
- IV) Rendimento dos seus bens móveis ou imóveis que possua ou venha a possuir;
- V) Rendimentos auferidos em promoções da entidade.

Art. 5º - A diretoria do Grêmio Estudantil é responsável pelos bens patrimoniais desta entidades e responderá por eles perante suas instâncias.

§1º - Ao assumir a Diretoria do Grêmio Estudantil o Presidente e o tesoureiro Geral deverão assinar um recibo para o Conselho Fiscal, discriminando todos os bens desta entidade;

§2º - Ao final de cada mandato, o Conselho Fiscal conferirá os bens desta entidade e providenciará um recibo discriminando todos os bens desta entidade, a ser assinado pela nova Diretoria do Grêmio Estudantil...

§3º - Em caso de ser constatada alguma irregularidade na gestão dos bens, o Conselho Fiscal fará um relatório e entregará ao Conselho de Representantes de Turmas na Assembleia Geral de Estudantes que antecede as eleições, para que sejam tomadas as providências cabíveis;

§4º - O patrimônio de que trata esse artigo deve ser aplicado integralmente na manutenção e desenvolvimento dos objetivos sociais do Grêmio Estudantil Mandela.

§5º - Os resultados verificados ao final de cada exercício social de uma Diretoria serão obrigatoriamente reinvestidos em projetos e atividades do exercício social seguinte.

Art. 6º - O Grêmio Estudantil Mandela não se responsabiliza por obrigações contraídas por quem quer que seja sem prévia autorização de sua Diretoria.

CAPÍTULO III

Da Organização

Art. 7º- São instâncias deliberativas e executivas do Grêmio Estudantil:

- I) A Assembleia Geral;
- II) O Conselho Fiscal;
- III) A Diretoria do Grêmio;
- IV) O Conselho Fiscal.

SEÇÃO I

Da Assembleia Geral

Art. 8º – A Assembleia Geral é o órgão máximo de deliberação da entidade, nos termos deste estatuto e compõe-se de todos os membros do grêmio e de convidados, que abster-se-ão do direito a voto.

Art. 9º – As Assembleias Gerais Ordinárias reunir-se-ão:

- I) Ao fim de cada mandato para prestação de contas pela Diretoria do Grêmio Estudantil, para analisar o parecer do Conselho Fiscal e realizar a eleição da Comissão Eleitoral;
- II) Para posse de nova Diretoria do Grêmio Estudantil.

Art.10 – A Assembleia Geral reunir-se-à extraordinariamente, quando convocada por abaixo assinado de 20%(vinte por cento) de seus associados e 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) dos membros do CRT ou pela Diretoria do Grêmio Estudantil ou por 100% (cem por cento) dos membros do Conselho Fiscal.

Art. 11- As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias deliberarão por consenso. Caso não haja consenso, por maioria simples de voto.

Art. 12 - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias serão realizadas com presença de metade mais um dos sócios na primeira chamada e com qualquer número na segunda chamada, que ocorre após 30 minutos da primeira chamada.

§1º - As Assembleias Gerais Ordinárias serão presididas pelo presidente do Grêmio Estudantil ou pelo seu substituto legal;

§2º - As Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias deverão ser convocadas no mínimo com 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, por edital afixado em local visível no estabelecimento de ensino com as especificações da hora, dia, local e da ordem do dia sobre versarão os trabalhos;

§3º - Quando da realização de qualquer evento ou reunião na sede, a diretoria do Grêmio Estudantil e seus associados serão responsáveis pela manutenção da limpeza, da ordem e por quaisquer danos materiais que venham a ocorrer no prédio da sede.

Art. 13 - Compete à Assembleia Geral dos Estudantes:

- I) Aprovar e reformular o presente Estatuto;
- II) Eleger e destituir os membros do Conselho Fiscal, da Diretoria do Grêmio ou do Conselho de Representantes de Turma;
- III) Fiscalizar as contas do Grêmio Estudantil, tendo o poder de solicitar uma prestação de contas por parte do Tesoureiro Geral e do Presidente a respeito das finanças desta entidade;
- IV) Receber e analisar os relatórios da Diretoria do Grêmio e do Conselho Fiscal;
- V) Marcar a Assembleia Geral Extraordinária quando necessário;
- VI) A primeira Assembleia Geral do Grêmio Estudantil tem o dever de indicar os membros da Comissão Eleitoral para a primeira eleição da Diretoria do Grêmio Estudantil. Devendo funcionar por indicação voluntária

de estudantes desvinculados das chapas para a Diretoria, no caso de ultrapassar o limite de cinco estudantes, deverá haver votação por maioria simples entre todos os interessados em pertencer a Comissão Eleitoral.

SEÇÃO II

Do Conselho de Representantes de Turma (CRT)

Art.14 - O Conselho dos Representantes de Turma, constituído por 1(um) representante eleito de cada turma das séries do Ensino Fundamental da EMEF Profª Maria da Glória Gonçalves da Silva, é órgão consultivo e deliberativo do Grêmio Estudantil.

Parágrafo Único. O mandato do Conselho dos Representantes de Turma tem a duração de 1(um) ano letivo no Ensino Fundamental.

Art. 15 - O Conselho de Representantes de Turma se reúne ordinariamente 1(uma) vez ao mês, e extraordinariamente, quando convocado pela Diretoria do Grêmio Estudantil, ou pelo próprio conselho (CRT), por meio de edital.

§1º - Todas as reuniões do CRT se realizarão com a presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros na primeira chamada e com qualquer número de membros na segunda chamada, que ocorrerá após 15(quinze) minutos da primeira chamada, aprovando qualquer questão por maioria simples de voto, salvo quando realizada votação de acordo com o § 2º deste artigo;

§2º - É permitido aos representantes de turma, em caso de necessidade de votação, realizá-la em seu respectivo turno letivo, respeitando o que se segue:

- a) para que a votação seja válida é necessário que o Conselho Fiscal encaminhe junto ou não da Diretoria do Grêmio Estudantil, em cada turno letivo, um documento impresso que conste a questão a ser votada;
- b) o documento deve ser apresentado em mesma via nos 2 (dois) turnos letivos;
- c) deve constar anotado no documento descrito na alínea “b” do §2º deste artigo, o valor quantitativo de votos contra, a favor, em branco ou nulos caso haja, e assinatura dos membros que votaram;
- d) em cada turno letivo deve ser realizada as anotações pedidas na alínea “c” do §2º deste artigo;
- e) ao fim da última votação dos 2(dois) turnos letivos, os resultados de cada turno letivo serão somados e o resultado da votação determinado por maioria simples do total de votos;
- f) caso haja divergência de qualquer associado, a respeito do resultado da votação, far-se-á indispensável à reunião do CRT para esclarecimento sobre a questão ou se necessário, realizar-se-á nova votação;

Art. 16 - Compete ao Conselho dos Representantes de Turma:

- I) Propor atividades à Diretoria do Grêmio Estudantil;
- II) Representar as reivindicações dos estudantes junto à Diretoria do Grêmio Estudantil;
- III) Auxiliar na gestão do Grêmio Estudantil;
- IV) Analisar os projetos artísticos, culturais e desportivos do Grêmio Estudantil;
- V) Realizar tarefas específicas, que sejam solicitadas pela Diretoria do Grêmio Estudantil;
- VI) Eleger o Conselho Fiscal eleição partir da segunda eleição para Diretoria do Grêmio Estudantil.

SEÇÃO III

Da Diretoria e Secretarias do Grêmio Estudantil Mandela

Section 1.01 Art. 17 - A Diretoria é composta pelos seguintes cargos:

- I)Presidente
- II)Vice-Presidente
- III)Secretário Geral
- IV) Primeiro Secretário
- V)Tesoureiro Geral
- VI)Primeiro Tesoureiro
- VII) Diretor de Planejamento

§1º - O mandato dos integrantes da Diretoria do Grêmio Mandela será de 1(um) ano sendo permitida apenas uma reeleição consecutiva;

§2º - É vedado o acúmulo de cargos por membros da Diretoria do Grêmio...

§3º - Em caso de vacância que não houver substituto legal o cargo poderá ser preenchido por uma nomeação feita pela Diretoria do Grêmio submetendo-a a “Referendum” do CRT.

Art. 18 - Compete à Diretoria:

- D)Elaborar e executar os projetos necessários à consecução dos objetivos do Grêmio Estudantil;
- II)Elaborar e executar o Plano de Administração e praticar os atos de gestão do Grêmio Estudantil;
- III)Interagir com instituições públicas e privadas, tanto no País como no exterior, para mútua colaboração em atividade de interesse comum;
- IV)Tomar medidas de emergência, não previstas neste estatuto, submetendo-as a “Referendum” do CRT;
- V) Reunir-se, ordinariamente, pelo menos uma vez por quinzena e extraordinariamente quando convocada a critério de seu Presidente ou por solicitação de 50%(cinquenta por cento) mais um de seus membros.

Art. 19 - Compete ao Presidente:

- I)Convocar, abrir e presidir reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria e das Secretarias;
- II)Representar o Grêmio Estudantil ativa e passivamente;
- III)Acompanhar e coordenar as atividades da Diretoria e das Secretarias;
- IV)Assinar toda a correspondência e demais documento do Grêmio Estudantil;
- V)Nomear e exonerar os membros das Secretarias conforme decisão da Diretoria;
- VI)Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo.

Art. 20 - Compete ao Vice-Presidente:

- I)Substituir o Presidente nos casos de ausência eventual ou impedimento temporário e no caso de vacância do cargo;
- II) Auxiliar o Presidente no exercício de suas funções;
- III)Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo.

Art. 21 - Compete ao Secretário Geral:

- I)Publicar avisos e convocações de reuniões, divulgar editais e expedir convites;
- II)Lavrar as atas das reuniões da Diretoria e Assembleias Gerais;
- III)Redigir e assinar, juntamente com o Presidente, a correspondência oficial do Grêmio;
- IV)Manter em dia os arquivos da agremiação;
- V)Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo.

Art. 22 - Compete ao Primeiro Secretário:

- I) Auxiliar o Secretário Geral no cumprimento de suas atribuições;
- II) Substituir o Secretário Geral em seus impedimentos eventuais e em caso de vacância do cargo;
- III) Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo e fazer cumprir as normas do presente Estatuto.

Art. 23 - Compete ao Tesoureiro Geral:

- I) Arrecadar e contabilizar as contribuições, rendas, auxílios e donativos efetuados ao Grêmio, mantendo em dia a escrituração em livro caixa;
- II) Efetuar, junto com o Presidente, os pagamentos de todas as obrigações do Grêmio Estudantil;
- III) Acompanhar e supervisionar os trabalhos da contabilidade do Grêmio Estudantil, cuidando para que todas as obrigações fiscais e trabalhistas, quando houver, sejam devidamente cumpridas em tempo hábil;**
- IV) Apresentar relatórios de receitas e despesas sempre que forem solicitados;
- V) Apresentar o relatório financeiro para ser submetido à Assembléia Geral e ao Conselho Fiscal;
- VI) Conservar sob sua guarda e responsabilidade, todos os documentos relativos à tesouraria;**
- VII) Assinar, quando for o caso, em conjunto com o Presidente, todos os pagamentos emitidos pelo Grêmio Estudantil;
- VIII) Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo.

Art. 24 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I) Auxiliar o Tesoureiro Geral em suas atribuições;
- II) Assumir a Tesouraria nos impedimentos do Tesoureiro Geral nos casos vacância do cargo;
- III)Desempenhar as demais funções inerentes ao cargo e fazer cumprir as normas do Presente Estatuto.

Art. 25 - Compete ao Diretor de Planejamento:

- I) Obter, juntamente com a Direção da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Maria da Glória Gonçalves da Silva, o calendário escolar que haja informações a respeito das datas dos eventos promovidos pela Direção da Escola ou mesmo pela Secretaria de Educação de Sapucaia do Sul com os associados do Grêmio Estudantil Mandela, prezando sempre pela melhor estruturação do Programa de Gestão da Diretoria vigente.
- II) Inserir-se em todas as demandas e encaminhamentos do Grêmio Estudantil com o compromisso de viabilizá-las dentro do calendário escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Maria da Glória Gonçalves da Silva.

Parágrafo único- O inciso II (dois) deste artigo não anula a possibilidade de encaminhar qualquer atividade do Grêmio Estudantil em dia não letivo.

SEÇÃO IV

Do Conselho Fiscal

Art. 26 - O Conselho Fiscal compõe-se de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, escolhidos na primeira assembléia geral, para um mandato de 1 (um) ano letivo no Ensino Fundamental;

Parágrafo único – Somente o primeiro Conselho Fiscal desempenhará as atribuições da comissão eleitoral.

Art. 27 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I) Examinar os livros contábeis e papéis de escrituração da entidade, a situação de caixa e os valores em depósitos;
- II) Lavrar no livro de “atas e pareceres” do Conselho Fiscal os resultados dos exames procedidos;
- III) Colher, do Presidente e do Tesoureiro eleitos, recibos discriminando os bens do Grêmio, o qual terá valor de inventário;
- IV) Elaborar um parecer aprovando ou não o fechamento contábil da Diretoria do Grêmio Estudantil antes da posse da Diretoria eleita;
- V) Convocar assembleia geral extraordinária, nos casos de urgência.

CAPÍTULO IV

Dos Associados

Art. 28 - São sócios do Grêmio Estudantil todos os estudantes matriculados na Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª. Maria da Glória Gonçalves da Silva.

Parágrafo único – Em caso de transferência ou evasão, o estudante estará automaticamente excluído do quadro de associado do Grêmio Estudantil;

Art. 29 - São direitos dos associados:

- I) Participar de todas as atividades do Grêmio Estudantil;
- II) Votar a partir dos 10 anos e estar cursando no mínimo a 5º ano;
- III) Ser votado a partir dos 12 anos e estar cursando a partir da 5º ano, para os cargos de presidente e tesoureiro geral;
- IV) Ser votado a partir dos 10 anos e estar cursando a partir da 5º ano, para os demais cargos;
- V) Encaminhar observações, sugestões e moções à Diretoria do Grêmio Estudantil;
- VI) Propor mudanças e alterações parciais ou completas do presente Estatuto;

Art. 30 - São deveres dos associados:

- I) Conhecer e cumprir as normas deste Estatuto;
- II) Informar à Diretoria do Grêmio qualquer violação da dignidade da classe estudantil, cometida na área do estabelecimento de ensino ou fora dela;
- III) Manter luta incessante pelo fortalecimento do Grêmio Estudantil;

CAPÍTULO V

Do Regime Disciplinar

Art. 31 - Constituem infrações disciplinares:

- I) Usar o Grêmio Estudantil para fins diferentes dos seus objetivos, visando ao privilégio pessoal ou de grupo;
- II) Deixar de cumprir as disposições deste Estatuto;
- III) Prestar informações, referentes ao Grêmio Estudantil, que coloquem em risco a integridade de seus membros;
- IV) Praticar atos que venham ridicularizar a entidade, seus sócios ou seus símbolos
- V) Atentar contra o Grêmio Estudantil e seu patrimônio.

Article II. Art. 32 - A Diretoria do Grêmio Estudantil tem competência para apurar as infrações e deliberar sobre a aplicação de sanções.

Parágrafo Único: Em quaisquer das hipóteses deste artigo, é facultado ao infrator o direito de defesa perante a Diretoria, o CRT ou a Assembleia Geral.

Art. 33 - Apuradas, as infrações são discutidas na assembleia geral extraordinária e aplicadas às penas de acordo com a gravidade da falta.

Parágrafo Único – O infrator, caso seja membro da Diretoria, perde seu mandato.

CAPÍTULO VI

Do Processo Eleitoral

SEÇÃO II

Das Eleições à Diretoria do Grêmio Estudantil

Art.34 - As eleições para a Diretoria do Grêmio Estudantil são realizadas em dia letivo, entre os meses de março e abril em data a ser definida.

Art. 35 – O controle, a orientação do processo eleitoral e a posse da primeira Diretoria do Grêmio Estudantil será realizada por uma comissão eleitoral constituída por 3(três) membros associados, escolhidos por seus pares na primeira Assembléia Geral, os quais serão os representantes do Conselho Fiscal.

§1º - Não podem constituir a comissão eleitoral, os associados que concorrerem a Diretoria do Grêmio Estudantil;

§2º - A partir da segunda eleição para Diretoria do Grêmio Estudantil, a comissão eleitoral será constituída pela Diretoria do Grêmio Estudantil vigente

Art.36 – Compete a Comissão Eleitoral:

I)organizar o regimento interno das eleições a Diretoria do Grêmio Estudantil;

II)lançar o edital de convocação das eleições, no prazo mínimo de 24(vinte e quatro) horas;

III)fiscalizar o processo eleitoral;

IV)empossar a Diretoria do Grêmio Estudantil.

Art. 37 – A contagem dos votos é feita no dia seguinte a eleição pela comissão eleitoral, que comunicará e divulgará, aos associados, a chapa foi à vencedora.

§1º - No momento da contagem dos votos cada chapa tem direito a ter 1(um) representante acompanhando a contagem, junto à comissão eleitoral e um representante da direção da escola, que realizará a contagem.

Art. 38 - O registro das chapas ocorre em período definido por edital publicado pela Comissão Eleitoral.

Art.39 - Cada chapa se caracterizará por um nome, que deverá ser apresentado no momento da inscrição.

Art. 40 - As chapas são compostas por 7 (sete) integrantes, de acordo com os cargos do Art. 17.

Art. 41 - Os números das chapas são sorteados pela Comissão Eleitoral após o período de inscrições.

Art. 42 – O nome que caracterizará as chapas constará, junto ao número da mesma, na cédula.

Art. 43 - As chapas são responsáveis pela limpeza dos materiais de campanha, nestes incluídos cartazes, panfletos, adesivos, entre outros, após o processo eleitoral.

Art. 44 - A posse ocorre após o dia subsequente ao processo eleitoral.

SEÇÃO I

Das Eleições a Representante de Turmas

Art. 45 - As eleições para representantes de turmas ocorrem após a posse da Diretoria do Grêmio Estudantil.

Art. 46- As eleições para representantes de turmas ocorrem por voto direto, por maioria simples, elegendo-se também um vice-representante de turma que irá assessorar o representante e/ou substituí-lo nos casos de ausência eventual ou por impedimento temporário ou vacância do cargo.

Art. 47- Não são elegíveis para cargo de representantes de turmas os membros da Diretoria ou das Secretarias do Grêmio Estudantil.

CAPÍTULO VII

Disposições Gerais

Art. 48 - Os casos omissos são resolvidos pela Diretoria e referendados pelo Conselho de Representantes de Turma.

Art. 49 - O presente estatuto pode ser modificado e/ou alterado, mediante proposta de qualquer membro associado, convocando para tal, uma assembléia geral extraordinária.

Art. 50 - Os cargos do Grêmio Estudantil não são remunerados, ficando expressamente vedado por parte de seus integrantes o recebimento de qualquer lucro, gratificação, bonificação ou vantagem por parte da Escola Municipal de Ensino Fundamental Profª Maria da Glória Gonçalves da Silva e da Diretoria do Grêmio Estudantil.

Art. 51 – O Presidente e o Tesoureiro Geral por serem menores de 18(dezoito) anos, necessitam de um representante maior de 18(dezoito) anos da equipe diretiva da escola, para realizar abertura, movimentação de conta bancária e outras atividades financeiras, escolhido pela Diretoria do Grêmio Estudantil.

Art. 52 – Para que se cumpram as disposições contidas neste estatuto, a comissão pró grêmio deverá encaminhar a equipe diretiva da escola, cópia da ata das eleições e do estatuto aprovado em assembléia geral dos estudantes.

Art. 53 – Revogadas as disposições em contrário, este estatuto entrará em vigor após sua aprovação em assembléia geral dos estudantes da EMEF Profª Maria da Glória Gonçalves da Silva.

Sapucaia do Sul, 26 de março de 2010.

Comissão pró grêmio que aprovou o presente Estatuto:

Catiele Teixeira de Souza
Fernanda Vargas Lara
Helena Fernandes Trilha
Suélen Faleiro da Silva

ANEXO B

Atas de registro do Grêmio Estudantil Mandela

Ata 01/2010

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano (ano) dois mil e dez, reunidos em Assembleia Geral, sob a coordenação de Ricardo Paul Cardoso representante da UESSC (União de Estudantes de Sapucaia do Sul) às quinze horas e trinta minutos os estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Prof.ª M.ª da Glória Gonçalves da Silva, dão por abertos os trabalhos da Assembleia Geral dos alunos e colocam em discussão a pauta única da Assembleia: a fundação da entidade representativa dos estudantes, a formação da (comissão eleitoral) Conselho Fiscal e escolha do nome do Grêmio Estudantil. De acordo com o artigo 26 o Conselho Fiscal será escolhido hoje em Assembleia Geral, para o mandato de 1 (um) ano letivo do Ensino Fundamental que fiscalizará o período de eleição do Grêmio Estudantil, logo da eleição da diretoria do Grêmio Estudantil, posteriormente cumprindo as suas atribuições descritas no presente estatuto. A seguir, iniciou-se a discussão para a eleição da primeira Diretoria do Grêmio Estudantil, que será eleita na disputa de chapas em urna. Após serem discutidos as propostas contidas no presente estatuto a Diretora Kátia Traus Machado tomou a palavra para os estudantes votarem o nome do Grêmio

Estudantil, a partir dos seguintes sugestões
 coletados nos turmas: MG (MS da Glória)
 Grêmio da Galeria, Grêmio da Glória, Unido
 pela Glória, Grêmio Estudantil dos Jovens,
 A união faz a força, Todos pela Educa-
 ção; De mãos dadas, Forças Jovens, A
 Glória é nova; Estância da Liberdade (e
 Todos Aprendendo); Unidos pela Glória,
 Grêmio Estudantil de Juventude de Atitude
 e Mandela. A diretora abriu a votação
 aberta na Assembleia Geral sendo escolhido
 do o nome Mandela. Aprovou-se o
 nome do Grêmio Estudantil Mandela
 ficou decidido que, todo o ano, a
 próximos Diretores do Grêmio comemora-
 rão este dia como data de fundação
 por unanimidade. Neste momento o prof
 sor Reginaldo convidou todos os presentes
 a cantarem o hino nacional do Brasil
 do Sul. O próximo assunto a ser decid-
 do foi a eleição dos membros do
 Conselho Fiscal. A presidente da UESS
 (União de Estudantes de Sapucaia do
 Sul) Mariana Silva da Cruz abriu a
 discussão para a eleição de três mem-
 bros do Conselho Fiscal e três suplen-
 tes sendo escolhidos em assembleia gen-
 eral dos estudantes por voto aberto por alu-
 nos: Eduardo Duarte Brandes da Silva com
 70 (setenta) votos; Rayllen Pinto de Souza
 com 16 (dezesseis) votos. Flávia Ochoa de
 Oliveira com 15 (quinze) votos. Os seus respectivos
 suplentes são: Thaimara de Oliveira Ma-
 chado, Williams Fortes da Costa e Eduar

da dos Santos Porto. Sendo que Thaina⁰² de Oliveira obteve 14 (quatorze) votos; Williams Fortes da Costa 11 (onze) votos e Eduarda dos Santos Porto 10 (dez) votos, sendo os 3 (três) alunos mais votados na assembleia geral de estudantes. Os alunos: Geise Taina de Oliveira dos Santos (também se candidatou para o Conselho Fiscal) obtendo 9 (nove) votos; o aluno Gabriel Lopes da Silva obteve (8) oito votos; a aluna Gabijelle Mairinho Machado teve 4 (quatro) votos. O aluno William dos Santos Araújo recebeu 3 (três) votos e a Aluna Andréia Fontoura da Silva recebeu 2 (dois) votos num total de cento e noventa e nove votos contando 7 (sete) votos nulos os demais presentes na assembleia se abstiveram. Aprovados as questões mencionadas pelo coordenador da Assembleia Geral Sr: Ricardo Lamb Cardoso, passou-se à aprovação do Estatuto do Grêmio Estudantil que rege a entidade. Por fim, declarou-se fundado o Grêmio Estudantil Menela, órgão representativo dos estudantes da EMEF. Profs. Maria da Glória G. da Silva. Nada mais havendo para tratar no momento, encerrou-se a Assembleia Geral e a presente Ata para fins de direito, segue a presente Ata devidamente assinada por todos: Katione Guimarães Oliveira Brun, Mathews Barros, Igor S. (coordenador), Biana Silva, Echeli Emille Custódio, William Araújo, Ana Carolina de Lima Vargas, Ubirajoro Junior, Leonardo Schmitt, José H. Pereira, Anderson Pinheiro, Leonardo de Oliveira. G. L. Hon.

Ana Paula Machado, André Luis, Glaelena Fortunato
 Ana Gúlio Morales, Sals Rael Henrique, João Ferreira,
 Bruna Gonçalves, Andressa Fontoura, Flávia Uchôa, JONATÃO S
 LLO, Márcio M. Soares, Lucas P.B. Cordeiro, Vanderleio Mathias,
 Jéssica Braga, Daniel Nunes, Douglas Toste, Joannia Duarte, Séver
 de Silva, William Goble, Melvinson de Andrade, Leonard
 Ferreira, Gisele Lima de O. dos Santos, Lucas Lopes,
 Tomara de Mota Almeida, Bianca Eduarda Scheffer, Igor Xosé
 Luana Recalcati, Bruno Wesley de Vargas Antunes,
 Helena Fernandes Trilha, Jennifer A. Gomes, Edmar
 Moreira, Líbio Roger O. Rosa, Jonas M. Leite, André
 Garcia, Paula G. B. de Silva, Jacqueline R. M. Nunes, Eduardo D.
 B. da Silva, Rayllen Pinto, Roberta Castro, Denise Lourenço
 da Silva, Bruna Rodrigues, Thairimara Machado
 Guilherme Rocha, Andressa Soder, Ketlen Thais Oliveira Castro,
 Quintia N. B. Bittencourt, Carol Oliveira da Silva
 Yamira Paz, Bianca Tainá Schaefer, Amanda da Silva
 Pâmela Flores, Ronaldo Costa, Nathally Almeida, Pâmela Vieira
 Edivio Zenke, Ana Barbaras. Borges, Suelen F. de Silva, Fernanda Vo
 Lara, Gabriela Silveira, Milena Teixeira, Darlan Goulart, Leonard
 Leung, Cristiane Pires, Tamires Almeida, Katielle Jauder de
 Santos, Demaque Oliveira, Pamela Suelen Matias Vicente, Vinicius
 de Brito de Oliveira, Leonardo Gomes Pereira, Leonardo M
 Ritzel, Douglas Henrique de Silva, Thiago Luis Nascimento dos Santos,
 Igor da Silva Queiroz, ROSSON RAMIAEZ, Filipe Furquim
 José Junior Gonçalves, Luana da Rosa Lopes, Bruna Braz
 Matheus Kiyono de Silva, Paulo Duarte Brasil, Fló
 via Duarte, Lucas da Silva Oliveira, Giviane da Silva, Talita
 Jodrey, Filipe Braz, Katiell Teixeira de Souza, Leticia de var
 gas Antunes Tamires S.S. Andressa S. Batista, Franciele M. de Sa
 da, Emílio Furquim da Cruz, Tamara Brito, Alisson Pires
 Caroline Bruno Duarte, Marcelo S. Friedrich, Gabriel de
 Rego S. de Moraes, gabryelle Machado, Leonardo mach
 Wesley de S. Wagner, José Filipe dos Santos Matôzeta, Bruno Braga,

Williams Fortes da Costa, Jefferson Rodrigues 03
 Gabriel Jr. da Silva, Renan Inacio Williams Mathias da R.
 Rite Louiz, Freni de ~~mauro~~, Guilherme Martins da Cunha,
 Natã Racha de Moraes, Guilherme Gomes de Souza,
 Matheus Ribeiro Balbo, Gabriel Luiz Nascimento dos
 Santos, Hericles GABRIEL PEDRASSO, Mateus Miliutes
 Mateus Cardoso Conceição, Bardine Rabello de Carli,
 Miriane da Silva Camargo, Guilherme Schuequel Romel Machado,
 Welison Corrêa Santos, Adriano Braga Gomes, Leonardo de Moraes da
 Rosa, Eduarda Correia Senor, Stephonie Nick Bilhões,
 Vitória Maria da Silva Conceição, Pâmulo Duarte Brasil, Brindian
 Aires, Ysmol de Guedes do Silveira, Talus Mora do Raimo Garcia, Leonilda da
 Silva, Farias, Emanuel D. Francisca, Jéssica Borvia Bar-
 toloza, CLAYTON SILVEIRA, Raquel da Silva Quadro, Gabriela
 Vieira de Almeida, Diarelize Souza de Matos, Jordana
 Lopes da Silva, Dilora Britina Brites, Juliana Lucinda Brzozowski
 Glagjella Paula Soares, Genelino Junior Teixeira de Souza, Maiguil André dos Santos,
 MAURICIO G. DE ALMEIDA, Estevan Lical de Cruz, Tailler Martins
 Arrajo, Luana Brastiano Rodrigues Lopes, Camilla Fossimicuri
 Juniper da Silva, Miria Moraes dos Santos, Claudia da Silva,
 Diego HC, Rita P, Anderson Thainá Pacheco Rodrigues, Douglas Amorim, Raphael Duarte,
 Gabriel Eduarda Oliveira Meyer, Walter
 Barreira dos Santos, Jefferson Schelleigardt de Jesus,
 Keller Arrajo Bandeira, Matheus dos Santos, Michèle Farias Romarone,
 Diego de Matos Silveira, Samira Oliveira, D Jefferson K. Souza, Juliane
 da Silva, Ariane Fraga, JUNIOR SEBASTIAO HARTMANN, Leonardo Nunes Cordeiro
 RENAN PACHECO DE GODOY, Débora Bernonides, Esterão G. Karasaka, Abner
 Marisa, Ryan Fales Silva da Rosa, Vagner Correia, Clarissa Rodrigues
 dos Santos, Djuli Braga, Wellington A. B. da Silva, Walisson
 So dos Santos, Douglas Dinei Kargas, Diego Allard Machado
 Amelise Katiele da Silva, Rodrigo Ramos, Eduarda Brira, Larine
 Castro Pinheiro, Patrick E. da Silva, Guilherme K. Bomberg, Mateus Fortunato

Ata 02/2010

No dia cinco de abril do ano corrente reuniram-se no refeitório os presentes das chapas concorrentes à direção do Grêmio Estudantil Fiondeleas e quatorze horas, para realizarem o sorteio de ordem de campanha das chapas inscritas. A ordem ficou a seguinte: a primeira chapa a realizar sua campanha no dia seis de abril de dois mil e dez será "Aquies Dourada", a segunda será "Girls" no dia sete de abril, a terceira será a chapa "Fancypills" no dia oito de abril, a quarta de seis será "a chapa ts" quinta no dia nove de abril, a quinta chapa a realizar a sua campanha será a "Os Guerreiros de Fé" diga Fé", a sexta chapa será "Lutando pela Justiça". Ficou estabelecido nesta reunião que as campanhas serão realizadas no horário do intervalo, com o máximo de dez minutos e mais de tempo para a campanha de cada chapa. As chapas que interferirem nas campanhas concorrente serão desclassificadas automaticamente de acordo com o Estatuto. As chapas realizarão campanha nos turnos de manhã e tarde. A votação à direção do Grêmio Estudantil será realizada no dia quinze

- ze do mês de abril do ano cor-04
- rente nos dois turnos, a contagem
- das notas será dia de sessis e
- dis dezenas será a posse da
- chapas vencedora. Também foi com-
- linado que os chapas deverão con-
- feccionar seu cortejo no tamanho
- de uns cartolinas, será permitida
- a distribuição de panfletos que ti-
- verá a medida de vinte e um centíme-
- tro por onze centímetros (21x11). Du-
- rante seu período de campanha os
- chapas postarão uma camiseta com
- seu emblema e nome de chapas e
- distribuir balas ou pirulitos. No dia
- quatorze do mesmo mês será realiza-
- do um debate entre os chapas. Ser-
- mas a declarar assinam os presen-
- tes: Katiupe, Guilen F. da Silva, Fernando V. Lora
- Kellen Thais, Pamela Flores, Rayllen Pinto de Souza, Bolvar
- D. B. da Silva, Maria Chôa de Oliveira, Guilherme Schuquel
- D. Machado, Regis Lauris Fontaveres da Silva,
- Helena Fernandes Trilha, William V. Gabb
- Roger Eboe de A. Maciel

ATA 03/2010

No dia treze do mês de abril do ano corrente a chapa nº 5 "Os guerreiros de Fé" desistiram de concorrer ao G. mis digo à direção do Grêmio Estudantil. Sendo desclassificados no processo. Sem mais a declarar assinaram os presentes: Marcos Cardoso, Welton Loure, Bruno Marqu Guilherme Schuquel, Steider Gabriel, Katifa.

ATA 04/2010

No dia dezessis do mês de abril do ano corrente ocorreu a contagem dos votos para a eleição do Grêmio Estudantil Mondula gestão 2010 na EMEF. Profª M^ª ds Glória J. da Silva. Concorreram na eleição as chapas "Águia Dourada," "Girls", "Farrapilhas", "A chapa ts' quente" e "Lutando pela Justiça". Votaram na ts' eleição 250 (duzentos e cinquenta) alunos regularmente matriculados nesta instituição. Houve 3 (três) votos brancos e 16 (dezessis) nulos. "A chapa Águia Dourada" recebeu 65 (sessenta e cinco) votos, a chapa "Girls" recebeu 23 (vinte e três) votos, a chapa "Farrapilhas" recebeu 28 (vinte e oito) votos, a chapa "A chapa ts' quente" recebeu 20 (vinte) votos e a chapa "Lutando pela Justiça" recebeu 95 (noventa e cinco) votos. Foi eleito a chapa "Lutando pela Justiça" para a gestão 2010, cujos membros são: Roger Eduardo Rodrigues Maciel como presidente; Jefferson Schweigandt de Jesus como vice-presidente.

dente, Camila Duarte D'gado digo, 05
 Camila Duarte Francisco como se-
 -cretário geral; Michele Farias Doma-
 -cino como 1º (primeiro secretário).
 - Jean Talis Silva da Rosa como te-
 -soureiro geral; Walisson Trajano dos
 - Santos como 1º (primeiro) tesoureiro
 - e Anderson de Souza como diretor
 - de planejamento. Sem mais se de donar
 assinam os representantes do Conselho Fis-
 -cal, os representantes da chapa eleita
 e os representantes de cada chapa
 - concorrente as direções do Gênio Edu-
 -cantal. Mondul e a Orientadora Edu-
 -cacional que redigiu e lavou este
 - ato: Rayllen Pinto de Souza; Eduardo Duarte B. da
 - Silva; Flávia de Oliveira; Jefferson Schilleigardt de Jesus,
 - Kellen Thais Oliveira Castro; Suelen Faleiro da Silva; Helene
 - Fernandes Trilha; Régis Lucio Fontoura da Silva

sta. 04/2010

No dia dezemore de abril do ano corrente reuniram-se no saguão da EMEF Profª MS. da Glória G da Silva todos os alunos presentes, às 16h e 45min, para dar início a cerimônia de posse da Diretoria do Grêmio Estudantil Mandela. A entidade tem como finalidade defender os interesses dos estudantes desta escola, situada na rua Osvaldo Dias nº 463, bairro Ipê-ranga - Sapucaia do Sul - RS. O conselho fiscal e Comissão eleitoral declararam início do mandato da gestão 2010 do Grêmio Estudantil Mandela à chapa vencedora: "Lutando pela Justiça" eleita pela maioria de votos. Seguem-se as assinaturas: Roger Eduardo Rodrigues Maciel, Jefferson Schuergardt de Deus, Cleamila Duarte Francisco, Ryan Toles Silva da Rosa, Walisson Matias dos Santos, Anderson de Souza, Rayllen Pinto de Souza, Eduardo D. B. da Silva, Flávia André de Oliveira

APÊNDICE A

Transcrição de Questionário

Tabela 1

Você participou do processo de criação do Grêmio Estudantil?	
Opção de respostas	Nº
sim	40
não	10
Nº de alunos participantes	50

Tabela 2

De que forma você participou do processo de criação do Grêmio Estudantil?	
Respostas mais repetidas pelos alunos	Nº de vezes repetidas
Votando na eleição do Grêmio Estudantil	26
Votando no nome do Grêmio Estudantil	13
Participando da assembléia de votação do Estatuto	8
Montando uma chapa para concorrer	4
Nenhuma resposta	3
Avaliando os candidatos	2
Elaborando um projeto de melhorias para a escola	1
Escolhendo o melhor projeto	1
Participando da palestra sobre o que é um Grêmio Estudantil	1
Sendo fiscal na Comissão Eleitoral	1
Fazendo parte do Grêmio Estudantil como vice-presidente	1

Tabela 3

Que importância essa experiência teve para você?	
Respostas mais repetidas pelos alunos	Nº de vezes repetidas
Pude participar/escolher pelo voto o GE e os meus representantes	16
Eu ajudei a ter uma escola melhor para todo mundo	8
Não teve nenhuma importância para mim	8
Nenhuma resposta	6
Pude entender o que é um GE	5
Entendi que posso procurar meus direitos de aluno	4
A concreta formação de um GE na escola	3
Aprendi a avaliar e votar nos candidatos	3
Aprendi a trabalhar em grupo	2
Aprendi a ter mais responsabilidade	1
Aprendi a fazer discurso e a concorrer com outros	1
Aprendi a ter esperança	1
Foi uma boa experiência para saber votar no futuro	1
Aprendi que há democracia quando votamos	1
Percebi que os projetos realizados pelas chapas candidatas esclareceram alguns problemas da escola	1

Tabela 4

Qual o papel do GE na escola para você enquanto aluno?	
Respostas mais repetidas pelos alunos	Nº de vezes repetidas
Defender os direitos dos alunos	14
Melhorar a escola	14
Representar/defender os alunos no que diz respeito aos seus desejos, pensamentos e participação	13
Tomar iniciativa e ajudar nos eventos	5
Cumprir as promessas/propostas feitas em campanha eleitoral	5
Melhorar a educação/aprendizagem	4
Representar a escola	3
Organizar torneios e festas	3
Nenhuma resposta	2
Inovar	2
Passar bons exemplos	2
Resolver problemas	1
Deve ser um espaço onde os alunos possam debater sobre seus direitos	1

Tabela 5

Você acha importante participar como aluno votante da escolha de diretores da sua escola?	
Opção de respostas	Nº
sim	47
não	3
Nº de alunos participantes	50

Tabela 6

Por que você acha importante participar como aluno votante da escolha de diretores da sua escola?	
Respostas mais repetidas pelos alunos	Nº de vezes repetidas
Porque os alunos têm direito de opinar/escolher	23
Porque os alunos devem escolher quem tem capacidade para essa função	7
Porque os diretores nos representam dentro da escola	3
Porque o voto do aluno faz a diferença	2
Porque assim também poderemos decidir se o diretor deve deixar sua função ou não	2
Porque é uma oportunidade dos alunos exporem suas idéias e vontades	1
Porque o diretor tem que saber lidar com os jovens e saber o que eles pensam	1
Porque os alunos sabem quais são as qualidades dos professores e isso certamente é bom	1
Porque é uma nova forma de pensar dentro da escola	1

Não gostaria de votar, pois se votamos errado podemos nos arrepender	1
Não gostaria que os alunos votassem porque eles não levam em conta as melhorias na escola e sim se gostam ou não do professor	1
Não gostaria de votar porque isso não é problema nosso	1
Nenhuma resposta	1

Tabela 7

Qual o papel de um diretor dentro de uma escola e qual deve ser sua postura?	
Respostas mais repetidas pelos alunos	Nº de vezes repetidas
Saber administrar/coordenar/organizar a escola para seu bom funcionamento	18
Melhorar as condições da escola resolvendo problemas	9
Defender os direitos escolares	9
Buscar recursos para a melhoria da escola e da qualidade do ensino/aprendizagem	6
Saber conversar/respeitar professores e alunos	4
Colocar ordem/disciplina na escola	4
Ter seriedade e dedicação à escola	4
Criar novos projetos para a escola	4
Cumprir suas obrigações/funções	3
Dar bom exemplo	3
Representar a escola e sua comunidade	3
Nenhuma resposta	3
Defender/lutar pela escola	3
Cuidar/arrumar o patrimônio	2
Ter boa comunicação com alunos e comunidade escolar	2
Ter pulso firme	2
Procurar fazer o melhor para todos	1
Administrar a escola com transparência	1
Ter objetivos concretos	1
Ser amigos dos alunos e ajudá-los	1
Não ter medo de enfrentar problemas	1
Não sabe	1